

**GUIA DE
FORMAÇÃO
CONTINUADA PARA
RECOMPOSIÇÃO
DAS APRENDIZAGENS**

MEC

Ministro de Estado da Educação

Camilo Sobreira de Santana

Secretária de Educação Básica

Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt

Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica

Alexsandro do Nascimento Santos

Coordenação-Geral de Estratégia da Educação Básica (COGEB)

Ana Valéria Dantas

Daiane de Oliveira Lopes Andrade

Gestão de Projeto

Aline Rabelo Nicolau Marques

Raissa Maria Aragão da Silva

Equipe COGEB

Alexander Augusto Rodrigues

Alexandre Bortolini

Érika Lais Lopes Guimarães

Gláucia Barbosa Pinto de Campos

João Augusto Ferreira

Sineide Mendes Farias

GRUPO DE TRABALHO INTERFEDERATIVO (GTI)

CONSED

Adelaide Diniz Coelho Neta (MA)

Adriana Buytendorp (MS)

Ana Michele da Silva Cavalcanti de Menezes (CE)

Danielly Verçosa Silva (AL)

Elcilene Neves de Araujo Ribas (RO)

Gabriela Fernanda do Carmo (TO)

Geniana Guimarães Faria (MG)

Hemelly da Silva Areias (AM)

Helyda Karla Barbosa Bernardes (PB)

Hiliana Alves dos Santos Nascimento (PE)

Ideigiane Terceiro Nobre (CE)

UNDIME

Adriana Nunes Paulino Silva (AL)

Adriane de Souza Silveira (RS)

Alessandra Beskow Conrad (MS)

Alex Cleidir Tardetti (SC)

Alsione Pereira de Alencar Sulbaran (RR)

Ana Paula da Silva (RJ)

Débora Carvalho da Silva (AP)

Ducilene Soares Silva Kesting (BA)

Eliene de Oliveira Santos (AL)

Fátima Aparecida Notaro (RO)

Gabriela Pinheiro Alves (PA)

Gleilson Carlos da Silva (GO)

Gleicy Leonel Silva (GO)

Ivaneide Vilhena de Castro Oliveira (AP)

Jordana Costa Soares Araújo (PB)

Iraides Costa da Silva Lima (AP)

Izís Cúbia Mendes Leandro da Silva (RO)

José Jefferson Aguiar dos Santos (PB)

Kellen Silva Senra (MG)

Keyline Ellen Lisboa Silva (PA)

Lidemberg Rocha de Oliveira (RN)

Marcia Cristina Mota Brasileiro (TO)

Neiva Lopes da Silva Galvão (AC)

Regina Célia Barbosa Monteiro Lopes (PI)

Sherol dos Santos (RS)

Karla Mychely Teles de Miranda Santana (BA)

Luis Fernando Nunes Torrescasana Neto (RS)

Marcia José de Lima Oliveira (TO)

Marcia Elisangela Martins da Silva Mendonça (AC)

Marian Virginia Morais Garcia (MG)

Marcilene Rodrigues da Silva Souza (RO)

Maria Edineide de Almeida Batista (DF)

Mariluce Rodrigues da Silva Bilck (SC)

Michael Lopes da Silva (PB)

Nilce Oliveira Nascimento Ramos (RJ)

Renata dos Santos Ferreira Sousa (AP)

Sandra Helena Ataíde de Lima (PA)

Silvia Patrícia Freire (MS)

Ulissevania Sales da Silva (TO)

GUIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

REALIZAÇÃO

MEC

CONSED

UNDIME

Instituto Reúna

Grupo de Trabalho com

Equipes Técnicas das

Secretarias de Educação

ASSESSORIA

TÉCNICO-PEDAGÓGICA

Escopo e Organização do Guia

INSTITUTO REÚNA

Diretoria-executiva

Katia Stocco Smole

Gerência técnico-pedagógica

Tiago Monteiro de Messias

Coordenação do projeto

João Lucas Miacci

Maria Eduarda Alexandrina

Mariana Marcondes

EQUIPE DE PRODUÇÃO

Produção técnico-pedagógica

Camila Vaz

Leitura crítica

Aline Rabelo Marques

Ana Valéria Dantas

Katia Stocco Smole

Tiago Monteiro de Messias

PÓS-PRODUÇÃO

Edição e revisão de texto

Mariane Genaro

Projeto gráfico e diagramação

Felipe Uehara

Esta publicação deverá ser citada da seguinte forma:

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Guia de Formação Continuada para Recomposição das Aprendizagens**. Brasília, DF: MEC, 2025.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Este **Guia de Formação para a Recomposição das Aprendizagens** foi cuidadosamente desenvolvido para apoiar redes de ensino que objetivam assegurar a equidade nos níveis de aprendizagem de todos os seus estudantes por meio do enfrentamento às defasagens acumuladas em seu processo formativo. Trazendo insumos para a elaboração e implementação de um plano de formação voltado para professores e gestores escolares, este documento integra a série que compõe o [Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens](#)¹ e constitui, sob o enfoque da coerência pedagógica sistêmica, um eixo estruturante das ações previstas no âmbito do Pacto Nacional de Recomposição das Aprendizagens.

Neste Guia, as redes de ensino encontrarão orientações para

- Elaborar um plano de formação continuada direcionado a gestores escolares e professores, com o objetivo de apoiar a implementação de práticas pedagógicas com foco na recomposição das aprendizagens; portanto, capaz de orientar uma leitura diagnóstica da aprendizagem com base em processos avaliativos e em diálogo com referenciais curriculares reorganizados, materiais didáticos e metodologias que favoreçam a superação das defasagens apresentadas pelos estudantes.
- Comunicar para a comunidade escolar os objetivos e a estrutura do plano de formação desenvolvido, com vistas a engajar o público-alvo e apoiadores.
- Realizar o monitoramento e a avaliação dos resultados das ações formativas.

¹ Todos os links indicados neste material foram acessados em outubro de 2025.

Destaca-se que as orientações presentes neste Guia contemplam uma atuação sistêmica dos diferentes atores educacionais – lideranças da gestão central e suas equipes técnicas, gestores escolares e professores. Por isso, cada um desses atores-chave encontrará neste documento direcionamentos específicos que visam fortalecer as dimensões de sua prática pertinentes aos processos de aprendizagem em cenários de crise.

Cabe a todos os envolvidos nos esforços de recomposição de aprendizagens buscar continuamente sua concretização, considerando as realidades locais, os dados advindos das avaliações realizadas pelos estudantes (os quais permitem conhecer mais detalhadamente suas principais defasagens de aprendizagem), os recursos pedagógicos disponíveis e as especificidades que marcam cada rede de ensino.

Boa leitura!

1 INTRODUÇÃO

O Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, estruturado pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), nasceu como resposta a um cenário de defasagens nos processos de aprendizagem da Educação Básica, historicamente estabelecido e ampliado por recentes intercorrências derivadas da pandemia de covid-19.

Convém lembrar que, aproximadamente dois anos após a homologação da BNCC, ocorrida em 2018, a formação dos professores e os processos de implementação dos referenciais curriculares estaduais e municipais com foco no desenvolvimento de competências e habilidades, concorriam com os grandes desafios impostos pela educação híbrida. Nas salas de aula, os prejuízos que a suspensão das atividades escolares ocasionou são bastante conhecidos e ainda sentidos.

Dados globais de testes padronizados utilizados para estimar as perdas de aprendizagem, analisando o efeito do fechamento das escolas no desempenho dos estudantes com base em um estudo linear de todas as edições do Pisa, mostram que as pontuações em Matemática caíram, em média, 14%, o que equivale aproximadamente a sete meses de aprendizagem². Esses desafios se ampliaram com as questões de emergência climática³ e, assim, torna-se imperativa a perenidade de estratégias de recomposição das aprendizagens.

O Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens reafirma um **compromisso inegociável com a equidade educacional** e considera que as equipes técnicas das Secretarias e a gestão escolar têm um papel estratégico como lideranças educacionais promotoras dessa equidade, visando assegurar os seguintes princípios.

- A qualidade dos insumos – tais como infraestrutura, recursos pedagógicos e formação docente – deve ser garantida de maneira equânime para as diferentes unidades escolares e profissionais que nela atuam.

² Um estudo de 2024 demonstra que as perdas foram maiores para estudantes em escolas que permaneceram fechadas por mais tempo, para meninos, imigrantes e estudantes em situação de vulnerabilidade, o que é a realidade brasileira. O mesmo estudo indica ainda que as perdas educacionais podem se traduzir, ao longo do tempo, em perdas significativas na vida pessoal e profissional dos estudantes, impactando seu futuro e o do próprio país. Ver: JAKUBOWSKI, M.; GAJDEROWICZ, T.; PATRINOS, H. A. COVID-19, school closures, and student learning outcomes: new global evidence from PISA. **npj Science of Learning**, [s. l.], v. 10, p. 5, 22 jan. 2025. Disponível em <https://www.nature.com/articles/s41539-025-00297-3>. Acesso em: jul. 2025.

³ Para saber mais a respeito de emergências climáticas, consulte o [Guia de ações educacionais em resposta a emergências climáticas](#), do Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens (Brasil, 2025a).

- Os processos pedagógicos precisam ser eficazes e democráticos, com foco no bem-estar e na aprendizagem dos estudantes.
- Todos os estudantes têm direito ao acesso e à permanência na escola, ao desenvolvimento integral, à aprendizagem, à progressão e à conclusão da etapa escolar na idade adequada.
- Todas as escolas onde a recomposição de aprendizagens acontecer devem oferecer um ensino de qualidade e comprometido com a equidade na aprendizagem.

Diante da diversidade regional e institucional do Brasil, com distintas configurações nas Secretarias de Educação, é adotada neste Guia a mesma padronização de termos prevista no programa *Escola das Adolescências*, isto é:

- **Secretaria de Educação:** órgão central, regionais de ensino (quando houver);
- **Equipe técnica da Secretaria:** técnicos que atuam no órgão central e nas regionais;
- **Rede:** conjunto que engloba Secretaria, regionais e escolas;
- **Diretor escolar:** principal liderança da escola;
- **Gestão escolar:** composta por diretor, vice-diretor e coordenador pedagógico.

Cabe destacar que são consideradas lideranças educacionais, no âmbito do Pacto, secretários de educação, as equipes técnicas da Secretaria de Educação e a equipe de gestão escolar, composta por diretores, vice-diretores e coordenadores pedagógicos⁴. Assim, as lideranças educacionais, com base nas definições propostas pelo Pacto, são responsáveis pela implementação de ações nas seguintes dimensões: currículo e práticas pedagógicas; cultura e clima escolar; infraestrutura; gestão, formação e acompanhamento; financiamento; e equidade. São também responsáveis por envolver, promover o respeito e a valorização da diversidade na escola, bem como criar ambientes inclusivos, garantindo que todas as vozes sejam ouvidas. Todas essas dimensões possuem impacto direto no trabalho das equipes escolares e nos resultados das ações de recomposição das aprendizagens dos estudantes.

⁴ Tomado o campo educacional de maneira mais ampla, o **conceito de liderança** envolve a **capacidade ou a habilidade de influenciar, guiar e motivar pessoas ou grupos em direção aos objetivos em comum**, o que pressupõe tomar decisões, inspirar relações de confiança, comunicar uma visão objetiva e mobilizar recursos humanos e materiais para alcançar os resultados desejados.

As lideranças educacionais não atuam isoladamente nas ações pertinentes ao Pacto: o plano de recomposição de aprendizagens conta com a contribuição direta de diferentes profissionais da rede e a colaboração de todos os atores educacionais envolvidos na sua implementação, aqui incluídos os professores, o que é fundamental para o sucesso da política. Por isso, é importante que todos conheçam os pressupostos do Pacto, seus documentos, o processo de desenvolvimento do plano de recomposição de aprendizagens, o referencial curricular priorizado, as formações e o desenho de como as ações pedagógicas vão acontecer para que os estudantes avancem e sigam uma trajetória de aprendizagem bem-sucedida na escola.

A recomposição das aprendizagens exige respostas coordenadas e sistemáticas por parte das redes de ensino. Assim, um plano de formação continuada é uma das ferramentas mais estratégicas para garantir essa coerência, na medida em que permite ampliar conhecimentos e alinhar concepções, práticas e metas pedagógicas em todos os níveis das redes, assegurando que equipes da Secretaria, diretores, coordenadores e professores atuem de forma integrada e com foco nos mesmos objetivos. Esse alinhamento é essencial como garantia de intervenções pedagógicas consistentes, baseadas nas evidências trazidas pelas avaliações e adaptadas às reais necessidades dos estudantes. Ao oferecer espaços formativos que valorizem a escuta, a troca de experiências e o uso pedagógico de dados, as redes fortalecem a autonomia e a capacidade de análise crítica dos profissionais da educação.

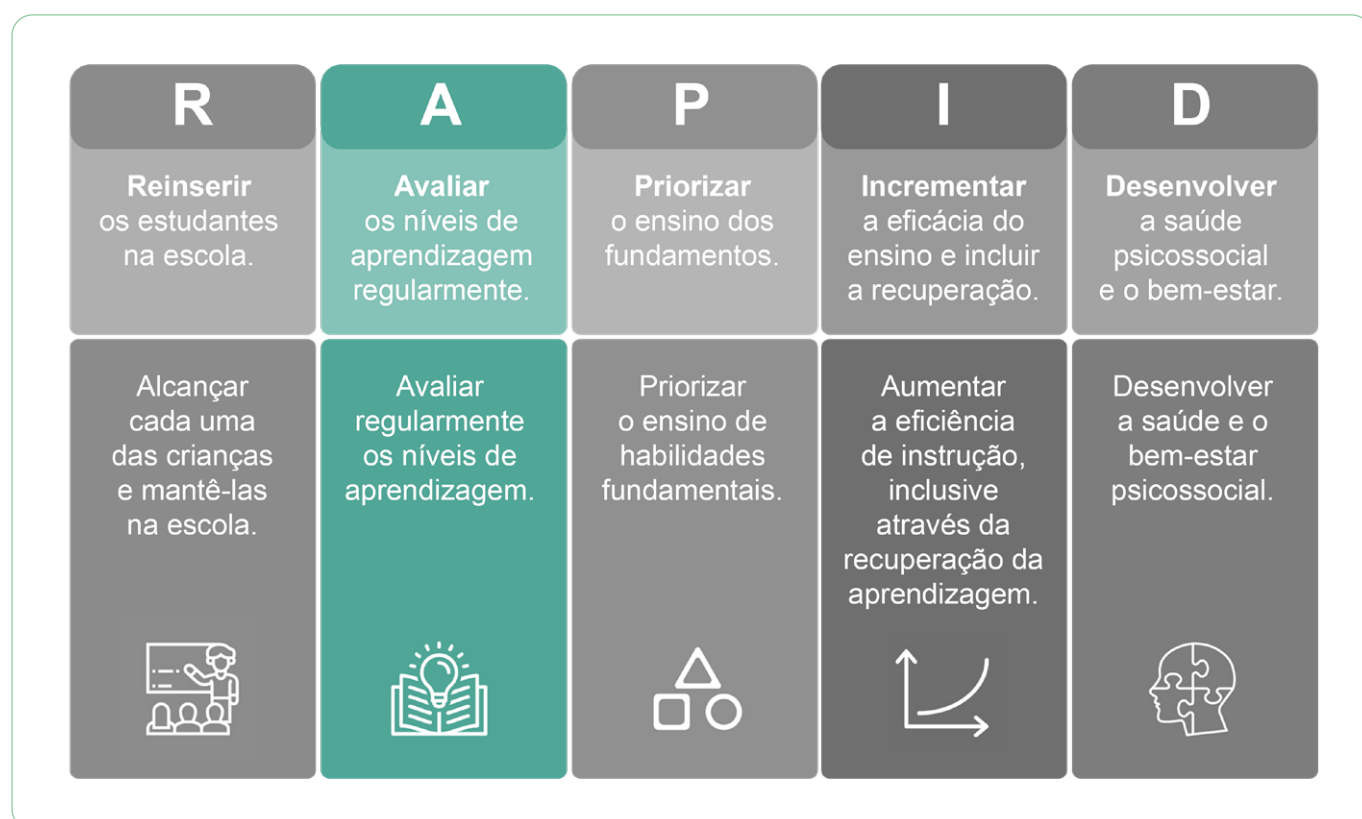
A elaboração deste Guia, que vem somar-se ao conjunto de materiais já existente no Pacto, visa oferecer os insumos necessários para que cada rede de ensino elabore o próprio plano de formação continuada, contextualizado e com foco no enfrentamento das defasagens de aprendizagem identificadas localmente. Assim, este material apresenta: princípios para um processo formativo bem-sucedido, recomendações de ações para todo o ano letivo e exemplos de práticas que podem aportar os esforços de recomposição das aprendizagens dos estudantes realizados por docentes e gestores escolares.

Para o planejamento e desenvolvimento dessas formações, é importante se valer dos Guias do Pacto, das videoconferências já disponíveis e dos cursos que podem ser encontrados no AVAMEC, entre outros recursos⁵, uma vez que esse tema tem sido objeto de muitas discussões nos últimos dois anos.

⁵ Para obter esses materiais, acesse o portal do [Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens](#).

2 PLANO DE FORMAÇÃO

Todos os Guias que compõem o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens têm como referência norteadora do trabalho pedagógico a estrutura intitulada RAPID, baseada em um quadro para a aceleração e recomposição das aprendizagens (*Framework for Learning Recovery and Acceleration*), apresentada em um relatório elaborado pela Unesco, pelo Unicef e pelo Banco Mundial, publicado em 2022. Essa estrutura está ancorada em políticas já implementadas em diversos países e em uma coletânea de ações e políticas educacionais baseadas em evidências que propõem o enfrentamento às perdas de aprendizagem agravadas pela pandemia por meio de cinco práticas: (1) alcançar cada uma de todas as crianças e mantê-las na escola; (2) avaliar regularmente os níveis de aprendizagem; (3) priorizar o ensino dos fundamentos; (4) aumentar a eficiência de instrução, inclusive por meio da recuperação da aprendizagem; e (5) desenvolver saúde e bem-estar psicossocial.



Fonte: Banco Mundial e outros, 2022 (tradução nossa).

O primeiro Guia do Pacto foi produzido com vistas a apoiar o planejamento do percurso da recomposição; já os demais contemplaram as principais ações pedagógicas de um programa de recomposição, de acordo com o RAPID:

- **Reorganizar seu referencial curricular**, definindo o que se espera que os estudantes aprendam em cada ano/série, ou seja, quais são as aprendizagens essenciais ao progresso na etapa, explicitando expectativas de aprendizagem alinhadas a cada habilidade, de maneira a facilitar a organização da prática e do tempo pedagógico por meio da construção de um escopo e sequência adequado, inclusive, às necessidades de recomposição de habilidades prévias identificadas como insuficientes.
- **Organizar os processos de avaliação diagnóstica** e disponibilizar os dados para orientar o planejamento docente acerca do desenvolvimento das habilidades do ano/série e daquelas que são de conhecimento prévio não alcançadas pelos estudantes, de modo que elas indiquem as mediações pedagógicas necessárias em sala de aula. Além disso, buscar desenvolver estratégias de avaliação formativa e instrumentos para acompanhar o progresso dos estudantes e a superação das dificuldades de aprendizagem.
- **Apoiar as escolas e os docentes para a seleção de estratégias pedagógicas e materiais didáticos** alinhados às ações de recomposição, que favoreçam o desenvolvimento das habilidades essenciais, que sejam contextualizados, significativos, adequados às experiências de aprendizagem e capazes de contribuir para que os estudantes avancem.



PARA SABER MAIS

Conheça mais experiências das redes do grupo de trabalho interfederativo com formação para recomposição na seção 4.2 deste Guia ("Outros recursos e ferramentas"), na p. 47.

O presente Guia relaciona-se a dois dos eixos RAPID: (4) aumentar a eficiência de instrução; e (5) desenvolver saúde e bem-estar psicossocial. Isso porque o processo formativo tem a finalidade de desenvolver a prática pedagógica para diferentes níveis de aprendizagem, com metodologias ativas, aportadas por material didático adequado e orientadas para promover a aprendizagem significativa, bem como apoiar a criação de um ambiente saudável, para que o ensino e a aprendizagem aconteçam com bem-estar e acolhimento a professoras e estudantes.

Neste capítulo, serão apresentados **princípios orientadores** para a construção desse processo formativo, de modo a assegurar que as ações planejadas estejam em consonância com as diretrizes nacionais que pautam o trabalho de formação continuada dos professores. Serão apresentados, ainda, **processos recomendados para a implantação e implementação** do plano de formação enquanto política educacional.

2.1 Princípios orientadores para a formação continuada de professores na recomposição das aprendizagens

A elaboração de um plano de formação continuada com foco na recomposição de aprendizagens é beneficiada quando pautada nas recomendações apresentadas pelas *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica*⁶, segundo as quais uma formação é mais efetiva quando se articula com as necessidades concretas da prática docente e da escola, reconhecendo os professores como sujeitos ativos na construção de saberes. Nesse documento, evidencia-se a importância de integrar os processos formativos às demandas específicas dos sistemas de ensino, das unidades escolares e das condições socioculturais dos estudantes – aspectos fundamentais para uma recomposição de aprendizagens que faça sentido para quem ensina e para quem aprende.

Em seu artigo 7º, são descritas as cinco características de uma formação continuada considerada bem-sucedida, isto é, com efeito de apoiar as práticas didáticas que favoreçam o ensino e a aprendizagem em sala de aula, quais sejam: foco no conhecimento pedagógico do conteúdo; uso de metodologias ativas de aprendizagem; trabalho colaborativo entre pares; duração prolongada da formação e coerência sistêmica. Vamos conhecer cada uma delas.

1 Foco no conhecimento pedagógico do conteúdo. Todos os esforços da formação têm um único objetivo, que é a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Para que isso aconteça, é importante desenvolver as propostas de formação continuada com foco no processo de ensino e aprendizagem. Entender o que se espera que os estudantes aprendam, como eles aprendem e como realizar o planejamento orientado para o desenvolvimento de suas competências é um saber a ser construído pelas equipes que desejam avançar em seus resultados de aprendizagem. Seja na formação das equipes gestoras das escolas, seja nas formações dos professores, ter clareza do que será desenvolvido, como e para quem é essencial.

Cabe acrescentar, aqui abarcando a concepção de educação em uma perspectiva integral, conforme preconizam os documentos orientadores da Educação Básica, que a aprendizagem dos estudantes é diretamente atravessada por suas experiências de sociabilidade e por suas vivências dentro e fora da escola. Assim, é importante que as questões que impactam o bem-estar psicossocial de estudantes e docentes, bem como a qualidade do clima escolar, sejam consideradas no trabalho pedagógico e cuidadas com intencionalidade por toda a comunidade escolar.

⁶ Ver [Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020](#).

2 **Uso de metodologias ativas de aprendizagem.** A adoção de metodologias ativas permite que a formação de professores esteja mais contextualizada à prática, seja mais “mão na massa”, oportunizando uma modelagem que os apoia para atuar como mediadores e gestores da aprendizagem, considerando os estudantes no centro do processo educativo. As metodologias ativas também favorecem a reflexão, a discussão e a interação com o conhecimento e entre os pares, estimulando a participação ativa dos estudantes na construção do próprio aprendizado, o que também é uma característica esperada das formações para a recomposição das aprendizagens. Segundo o professor José Moran (2015, p. 17):

[...] as metodologias precisam acompanhar os objetivos pretendidos. Se queremos que os alunos sejam proativos, precisamos adotar metodologias em que os alunos se envolvam em atividades cada vez mais complexas, em que tenham que tomar decisões e avaliar os resultados, com apoio de materiais relevantes. Se queremos que sejam criativos, eles precisam experimentar inúmeras novas possibilidades de mostrar sua iniciativa.

Esse princípio vale para a formação das equipes gestoras, de times de formadores da Secretaria e deles com os professores, uma vez que, aplicadas nos processos formativos, as metodologias ativas favorecem o exercício de reflexão, de integração cognitiva, de generalização e de reelaboração de novas práticas.

3 **Trabalho coletivo e colaborativo.** Elizabeth Cohen e Rachel Lotan afirmam que “se um professor quer construir uma aprendizagem ativa, então o trabalho em grupo, planejado intencionalmente, é uma ferramenta poderosa que oferece oportunidades simultâneas para todos” (Cohen; Lotan, 2017, p. 1). Por isso, é essencial que as ações formativas sejam estruturadas com vários momentos para que gestores e professores compartilhem experiências e dialoguem sobre desafios enfrentados. Dessa maneira, podem trabalhar coletiva e colaborativamente para também vivenciarem essa estratégia metodológica e, depois, levarem para sua prática nas escolas onde atuam.

4 **Duração prolongada.** Os estudos indicam que as formações mais efetivas são contínuas e permitem a interação entre os gestores, os professores e os formadores. A formação em serviço favorece a melhoria da prática pedagógica na escola por proporcionar o acompanhamento e a continuidade necessários para mudanças resilientes na atuação do professor.

5 **Coerência sistêmica.** Trata da articulação do trabalho dos diferentes atores educacionais de uma rede de ensino, abarcando desde o órgão de gestão central da Secretaria até as unidades escolares, para que se possa potencializar os efeitos das políticas de educação. Nesse sentido,

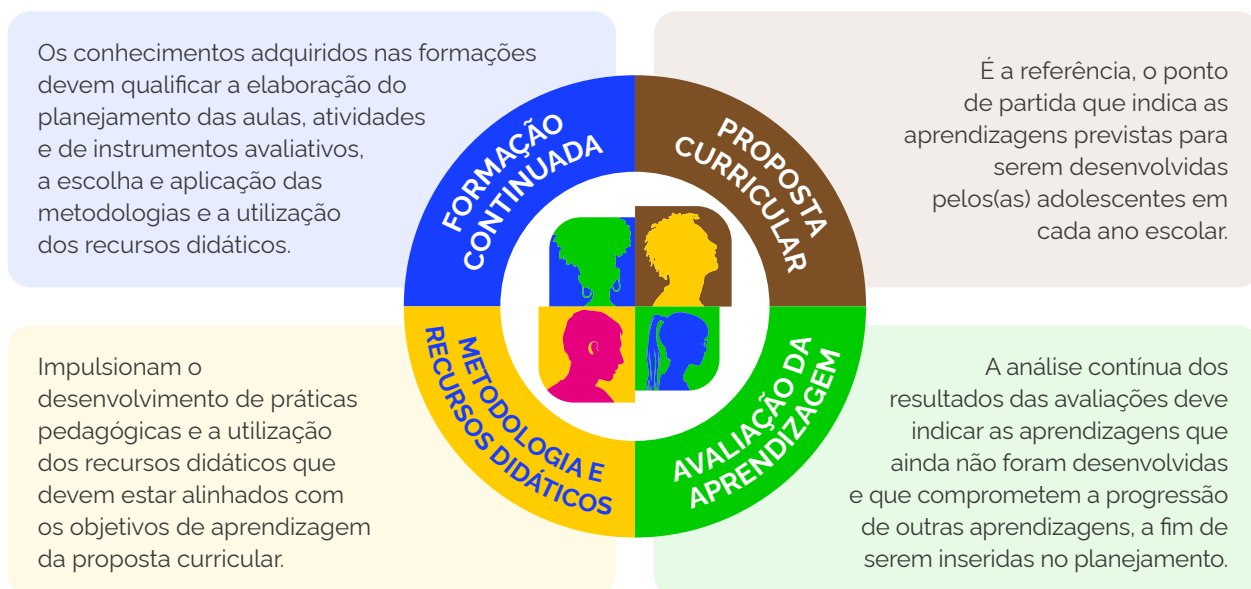
Michael Fullan e Joanne Quinn (2016), pesquisadores referenciais nessa temática, destacam a importância de que todos esses atores partilhem dos objetivos e desdobramentos da agenda que têm em comum, de modo que sejam capazes de identificar e consolidar práticas significativas para as políticas idealizadas. Os autores apontam quatro pilares essenciais para a coerência sistêmica:

- foco na direção da construção do propósito coletivo;
- promoção de culturas colaborativas, para o desenvolvimento das capacidades;
- aprofundamento das aprendizagens, que acelera as práticas de melhoria e inovação; e
- garantia de responsabilidade individual e coletiva pelo desempenho das equipes, que inclui, entre outras ações, transparência no compartilhamento de práticas e de resultados, comprometimento com a análise de impacto e decisões com base em evidências.

No âmbito pedagógico, observa-se que a formação de professores é mais efetiva quando articulada à reorganização curricular, à avaliação e à seleção de materiais didáticos, configurando um dispositivo de indução e consolidação de novas práticas que subsidia as equipes gestoras das escolas e os docentes na condução dos processos de recomposição.

Coerência pedagógica sistêmica para o planejamento pedagógico

A formação continuada é uma estratégia da coerência pedagógica sistêmica que, de forma transversalizada, é capaz de articular as ações de implementação do referencial curricular reorganizado e o uso dos resultados das avaliações dos estudantes para planejamento das práticas de recomposição e alinhamento entre os materiais didáticos e os objetivos de aprendizagem.



Fonte: Brasil (2025c, p. 76).

Observados esses princípios, as ações de formação continuada se consolidam como ferramenta estratégica para a recomposição, criando condições para que as lideranças educacionais, em esforço conjunto com os professores, promovam a transformação necessária à garantia do direito de todos os estudantes a aprender.

Para apoiar as redes na aplicação prática desses princípios, o Guia oferece, em anexo, a referência para rubricas de avaliação, que apresentam parâmetros claros para um diagnóstico do alinhamento dos processos formativos à Base Nacional Comum Curricular e podem ser utilizadas como instrumento de análise e planejamento das ações formativas.

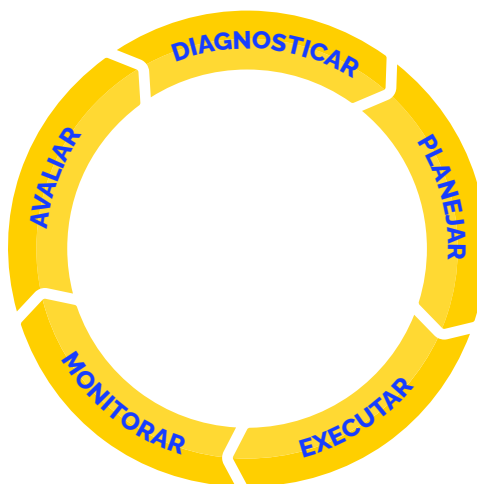
2.2 Etapas de desenvolvimento do plano de formação para a recomposição das aprendizagens

Fazer um planejamento para a formação continuada é essencial para que se possa alinhar as ações formativas às necessidades reais dos professores e aos objetivos pedagógicos das redes e escolas. Um planejamento estruturado garante que os temas abordados estejam conectados com os desafios da prática docente, com as diretrizes curriculares e, especialmente, com os dados de aprendizagem, incluindo os resultados de avaliações diagnósticas, que são essenciais para orientar a recomposição das aprendizagens, ajudando os professores a identificar lacunas, priorizar conteúdos e adotar estratégias mais eficazes para apoiar os estudantes em suas trajetórias.

Além disso, o planejamento contribui para a valorização e o engajamento dos profissionais da educação. Quando os professores percebem que a formação tem propósito, continuidade e impacto na sala de aula, especialmente ao oferecer subsídios para enfrentar os desafios trazidos pela defasagem de aprendizagem, tendem a se envolver mais ativamente no processo. Isso favorece a reflexão sobre a prática pedagógica e promove melhorias reais nos processos de ensino e nos resultados de aprendizagem. Assim, um bom planejamento da formação continuada, com base em evidências, torna-se uma ferramenta essencial para apoiar a ação docente e enfrentar com mais segurança os efeitos da pandemia na educação.

O desenvolvimento do plano de formação para a recomposição das aprendizagens, como prática em formações continuadas, requer que alguns processos sejam cuidados pelas redes de ensino: o diagnóstico das necessidades de desenvolvimento do público-alvo em alinhamento com as habilidades dos estudantes que precisam ser fortalecidas; o planejamento de toda a estrutura que aporta o plano, que compreende, por exemplo, a seleção dos profissionais que se responsabilizarão pela elaboração das premissas pedagógicas e o levantamento dos recursos necessários; a execução do percurso formativo idealizado; o monitoramento, pautado em indicadores selecionados; e avaliação das ações executadas. **Diagnosticar, planejar, executar, monitorar e avaliar** são procedimentos necessários ao atingimento dos resultados esperados – que, nesse

caso, dizem respeito à superação das defasagens das aprendizagens dos estudantes com base em um referencial curricular reorganizado – e a uma análise que retroalimenta o processo formativo, oferecendo insumos para a compreensão do que precisa ser aprimorado.



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Para apoiar as Redes de Ensino nesta tarefa, as próximas seções apresentarão um conjunto de ações recomendadas, distribuídas em dois momentos-chave: o momento de **implantação**, em que se estabelecem papéis, responsabilidades e recursos, e em que são definidas as premissas pedagógicas das formações, e o momento de **implementação**, em que há a execução e a avaliação do plano de formação. As ações propostas podem ser adequadas aos contextos locais das redes de ensino, considerando suas oportunidades e os desafios característicos.



PARA SABER MAIS

A seção 4.2 deste Guia ("Outros recursos e ferramentas"), na p. 47, apresenta modelos abertos que podem ser adaptados para a construção do plano de ação de cada rede de ensino.

2.2.1 Fase de implantação


Na fase de implantação do plano de formação para a recomposição das aprendizagens, espera-se que as redes de ensino estabeleçam a estrutura de responsabilidades que sustentará o processo formativo, as diretrizes pedagógicas que nortearão as ações formativas e os recursos humanos e materiais necessários à concretização do plano. Assim, recomenda-se que três etapas sejam consideradas:

- **Etapla 1: Definição da governança**
- **Etapla 2: Definição do modelo pedagógico**
- **Etapla 3: Mapeamento dos recursos**

Para cada uma das etapas, será oferecido um pequeno *checklist*, contendo sugestões de ações que apoiem sua organização.

ETAPA 1: DEFINIÇÃO DA GOVERNANÇA

No contexto da recomposição das aprendizagens, recomenda-se que a definição da governança abarque os seguintes aspectos:

	Ação	Descrição
	Constituição de um comitê gestor da formação continuada para a recomposição.	Recomenda-se que esse comitê seja estabelecido por membros da Secretaria de Educação (órgão central e, a depender da dimensão da rede, diretorias regionais), tendo em vista a definição de perfis e responsabilidades relativos à gestão dos processos administrativo-burocráticos e formativos.
	Definição de papéis e responsabilidades.	Recomenda-se estabelecer as atribuições de cada ator envolvido (Secretaria, equipes regionais, gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores) em relação à identificação das necessidades de formação, à participação nas ações, à implementação das aprendizagens nas práticas pedagógicas e ao acompanhamento dos resultados na recomposição.
	Estabelecimento de mecanismos de comunicação e alinhamento com outras políticas.	Dentro das ações de governança, recomenda-se manter atenção com a criação de canais eficientes para a comunicação e integração com outras políticas educacionais da Secretaria, como as relacionadas à reorganização curricular, à avaliação diagnóstica e formativa e ao uso de tecnologias educacionais.
	Seleção e contratação de especialistas.	É essencial que a Secretaria reúna capacidade técnica e pedagógica para o planejamento e a execução das formações que serão realizadas. Para isso, pode ser considerado o estabelecimento de parcerias com instituições formadoras.

ETAPA 2: DEFINIÇÃO DO MODELO PEDAGÓGICO

A definição do modelo pedagógico da formação visa orientar as ações formativas e garantir sua efetividade no contexto da recomposição das aprendizagens. Recomenda-se que esse modelo tangibilize os princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Formação Continuada, considerando:

	Ação	Descrição
	Foco nas necessidades de aprendizagem dos estudantes.	Com atenção ao Princípio 1 das DCNs Formação Continuada (foco no conhecimento pedagógico do conteúdo) e à concepção de educação integral, o percurso formativo desenhado no modelo pedagógico deve garantir que os gestores e professores construam as estratégias para diagnosticar, desenvolver e avaliar, no trabalho pedagógico, as defasagens apresentadas pelos estudantes, considerando, também, como elas dialogam com questões que afetam o bem-estar biopsicossocial dos estudantes. Nesse sentido, recomenda-se que sejam abarcados, entre as temáticas-foco das formações, o conhecimento pedagógico necessário ao mapeamento e desenvolvimento das habilidades e competências referentes a cada componente curricular em que os estudantes apresentam fragilidade, as estratégias de avaliação que possibilitem verificar a eficácia dos processos de ensino e de aprendizagem e medidas necessárias à promoção de um clima escolar mais positivo.
	Ênfase na prática reflexiva e colaborativa.	Com atenção aos Princípios 2 (uso de metodologias ativas de aprendizagem), 3 (trabalho coletivo e colaborativo) e 4 (duração prolongada) das DCNs Formação Continuada, recomenda-se que as ações formativas incentivem a reflexão sobre a própria prática pedagógica, a troca de experiências entre os professores e a construção coletiva de soluções para os desafios da recomposição. A criação de comunidades de aprendizagem entre os docentes é uma estratégia importante nesse sentido.
	Alinhamento com o currículo reorganizado da rede.	Com atenção ao Princípio 5 das DCNs Formação Continuada (coerência sistêmica), recomenda-se que a formação esteja intrinsecamente ligada aos documentos de reorganização curricular da rede, garantindo que os professores compreendam as expectativas de aprendizagem em cada ano/série e componente curricular e desenvolvam estratégias para apoiar os estudantes na superação de defasagens. A priorização do currículo como elemento orientador das escolhas para o percurso formativo é essencial.

ETAPA 3: MAPEAMENTO DE RECURSOS

Este mapeamento envolve considerar a disponibilidade de equipes, dentro ou fora da rede de ensino, com conhecimento especializado sobre recomposição de aprendizagens para o oferecimento das formações, nos moldes concebidos pelo plano estabelecido. Ele envolve também o levantamento de recursos financeiros, tecnológicos, materiais e didático-pedagógicos que possam ser utilizados nas formações.

	Ação	Descrição
	Mapeamento dos recursos financeiros.	Analisar o orçamento disponível para a formação continuada e identificar possíveis fontes de financiamento adicionais. Priorizar o investimento em ações formativas diretamente relacionadas à recomposição das aprendizagens.
	Levantamento dos recursos materiais e tecnológicos.	Identificar os espaços físicos disponíveis para as ações formativas (auditórios, salas de aula, laboratórios), os equipamentos (computadores, projetores, internet) e as plataformas digitais que podem ser utilizadas para a formação on-line.
	Análise dos materiais didáticos e pedagógicos existentes.	Avaliar a adequação dos materiais curriculares e de apoio disponíveis para o trabalho de recomposição, identificando lacunas e necessidades de produção ou aquisição de novos recursos alinhados às estratégias formativas. A necessidade de alinhar os materiais didáticos com as formações é crucial para a coerência pedagógica.
	Identificação dos recursos humanos.	Levantar o número de formadores disponíveis na Secretaria, nas escolas e em instituições com as quais podem ser estabelecidas parcerias. Identificar seus domínios de conhecimento em recomposição de aprendizagens, em diferentes etapas e componentes curriculares da Educação Básica e em metodologias formativas.

Sobre a seleção de formadores

Recomenda-se que os seguintes saberes sejam considerados no momento de seleção de formadores:

- Entender o que é e demonstrar ser um bom professor.
- Ter formação no componente ou na área do conhecimento em foco.
- Compreender como os professores aprendem.
- Adotar práticas formativas centradas nos desafios dos professores.

Para saber mais sobre o perfil desejado para os formadores de professores, acesse o documento [BNC Formação Continuada na Prática: implementando processos formativos a partir de referenciais profissionais](#), produzido em esforço conjunto pelo Consed e pela Undime, dentro das ações da Agenda da Aprendizagem, com a parceria do Profissão Docente e apoio técnico da Fundação Carlos Chagas.

2.2.2 Fase de implementação: detalhamento e acompanhamento do plano de formação

Uma vez que a estrutura de governança estiver estabelecida, os recursos necessários à realização do plano de formação estiverem provisionados e as premissas pedagógicas que orientarão o trabalho formativo estiverem claras, a rede de ensino estará pronta para avançar para a fase de implementação. Nessa fase, são cinco as etapas a serem consideradas:

- **Etapa 1. Definição do público-alvo da formação;**
- **Etapa 2. Levantamento das temáticas-alvo da formação;**
- **Etapa 3. Planejamento das ações formativas;**
- **Etapa 4. Comunicação;**
- **Etapa 5. Monitoramento e avaliação da formação continuada.**

A seguir, serão apresentadas ações recomendadas para cada uma dessas etapas e, ao final delas, um *checklist* para apoiar a organização das redes de ensino. Assim como na etapa de implantação, as ações sugeridas poderão ser adequadas às realidades locais.

ETAPA 1: DEFINIÇÃO DO PÚBLICO-ALVO DA FORMAÇÃO

A formação voltada para a recomposição de aprendizagens pode ter um mesmo tema central explorado sob diferentes perspectivas, portanto, com abordagens adequadas às necessidades de desenvolvimento dos participantes. Assim, é possível sugerir a construção de um plano que atenda tanto a gestão escolar (direção e coordenação pedagógica) quanto a professores, considerando os fazeres inerentes a cada função. Para definir qual será o público-alvo do plano de formação, pode-se optar por fazer um levantamento da quantidade de participantes de acordo com suas funções na rede de ensino. Por exemplo:

Profissional	Etapa de ensino ofertada pela escola em que atua	
	Anos Iniciais	Anos Finais
Diretores		
Coordenadores pedagógicos		
Professores		

Ou pode-se, ainda, fazer um levantamento da quantidade de participantes a partir do agrupamento de professores por componentes curriculares em foco. Por exemplo:

Área de conhecimento	Linguagens	Matemática	Ciências da Natureza
Componentes	Língua Portuguesa	Matemática	Ciências
Professores			

ETAPA 2: LEVANTAMENTO DAS TEMÁTICAS-ALVO DA FORMAÇÃO

A construção de um percurso de formação orientado para a recomposição das aprendizagens alcança melhores resultados quando o levantamento das temáticas-alvo está pautado nas defasagens de aprendizagem identificadas na rede de ensino. Isso significa centrar o trabalho formativo em estratégias que podem ser empregadas por docentes e gestores escolares, em suas respectivas esferas de atuação, para o desenvolvimento das competências e habilidades, priorizadas no currículo reorganizado, em que os estudantes apresentam fragilidade. Assim, se as habilidades priorizadas no componente de Ciências, por exemplo, são desenvolvidas no trabalho pedagógico por meio de

processos de investigação, resolução de problemas e realização de experimentos, é importante que as formações contemplem metodologias ativas e estratégias de ensino que aportem esses processos com intencionalidade. Ou, ainda, se foi identificada na rede a necessidade de fortalecimento das habilidades de alfabetização, cabe abordar nas formações estratégias para atendimento no contraturno, reagrupamentos e práticas pedagógicas com foco na compreensão do sistema de escrita e no desenvolvimento da leitura e da escrita.

Nesse contexto, a análise diagnóstica dos resultados das avaliações dos estudantes, em diálogo com o referencial curricular priorizado é fundamental para que se possam conhecer as necessidades de aprendizagem dos estudantes que não estão sendo atendidas localmente e precisam ser foco dos processos formativos. As defasagens reveladas pelas avaliações evidenciam quais práticas de gestores escolares e professores precisam ser potencializadas, de modo que as demandas pedagógicas que impactam a aprendizagem dos estudantes sejam endereçadas com assertividade.

A seguir, estão algumas ações recomendadas que podem apoiar esse levantamento de temáticas-alvo.

I Se possível, compor um grupo de trabalho (GT) com representação de diretores, coordenadores pedagógicos e professores para mapear os conhecimentos que o público participante da formação tem sobre o referencial curricular reorganizado e sobre estratégias para a recomposição das aprendizagens. Esse mapeamento indicará os conhecimentos prévios para subsidiar a elaboração do percurso formativo e das pautas formativas e definir o perfil de saída almejado do participante. Por exemplo: *o que a rede espera que o professor seja capaz de desenvolver com os estudantes após concluir a formação continuada?* Este grupo também pode contribuir para:

- definição de estimativa de carga-horária adequada da formação, de acordo com a disponibilidade de horário e o alinhamento com a política de formação da rede;
- organização da rede para estabelecer e divulgar formas de incentivo e motivação para a participação efetiva do público;
- estabelecimento dos objetivos da formação continuada, com foco no seu impacto na sala aula;
- relação entre o percurso formativo e a atuação dos coordenadores pedagógicos nas escolas e dos professores em sala de aula;
- composição da equipe de formadores que atuarão no percurso formativo pautado no referencial curricular reorganizado.

II

Realizar reuniões com grupos focais, mediadas por membros do grupo de trabalho, para escuta de diretores, coordenadores pedagógicos e professores que ajudem no processo decisório e na validação de propostas preliminares sobre necessidades formativas, condições de participação, incentivos etc.

III

Elaborar um formulário on-line com questões acerca do conhecimento e das práticas sobre o referencial curricular reorganizado, para ser respondido por todos os diretores, coordenadores pedagógicos e professores, com prazo definido para o período de preenchimento. Os dados coletados configuram insumos valiosos para a orientação do planejamento das formações – já que eles permitem alinhá-lo aos desafios locais e às necessidades específicas dos participantes – e seleção dos formadores mais capacitados para atender as demandas identificadas. Para isso, cabe considerar as seguintes ações:

- sistematizar resultados por função e área de atuação dos participantes;
- identificar padrões de necessidades formativas em um mesmo grupo;
- priorizar temas com maior recorrência ou urgência, considerado o contexto local da rede ou das unidades de ensino;
- mapear competências e habilidades a serem desenvolvidas.

Sugestões de questões que podem inspirar a rede de ensino na elaboração do formulário on-line para mapeamento do conhecimento prévio e das práticas dos participantes das formações.

- Você já utiliza o currículo priorizado pela rede no planejamento pedagógico?
- Você conhece os objetivos de aprendizagem definidos para os anos ou as séries com os(as) quais trabalha?
- Quais práticas pedagógicas de recomposição você já desenvolve?
- Quais competências e habilidades você considera mais desafiadoras para o trabalho de recomposição de aprendizagens?
- Que tipo de apoio formativo seria mais útil para o seu trabalho de recomposição das aprendizagens?

ETAPA 3: PLANEJAMENTO DAS AÇÕES FORMATIVAS

O planejamento das ações formativas compreende detalhar, de maneira clara e assertiva, os seguintes aspectos:

- **Objetivos das ações formativas:** recomenda-se que os objetivos das formações estejam alinhados com as necessidades de desenvolvimento identificadas no diagnóstico e com os objetivos de aprendizagem previstos no currículo reorganizado.
- **Conteúdo e formato dos encontros formativos:** os conteúdos previstos para cada formação podem ser trabalhados em diferentes formatos (oficinas, seminários, cursos, grupos de estudo, mentorias etc.), selecionados de acordo com o perfil do público-alvo e as estratégias que podem potencializar mais seu desenvolvimento.
- **Metodologias e materiais de apoio à formação:** tendo em vista as metodologias de trabalho priorizadas, pode-se produzir ou selecionar materiais didáticos e pedagógicos que apoiem o desenvolvimento das ações formativas e o trabalho dos professores em sala de aula no contexto da recomposição.
- **Definição dos formadores responsáveis por cada ação:** a formação de formadores é uma estratégia recomendada para a etapa inicial do plano de formação e pode ser adequada aos diferentes cenários, identificados a seguir.

Cenário 1: redes de ensino com equipe de formação estruturada.

Planejar momentos específicos de estudo e discussão sobre o tema da formação e as metodologias e estratégias formativas, convidando professores de referência para liderar os encontros.

Cenário 2: redes que não possuem equipe de formação estruturada.

Mobilizar instituições parceiras para apoiar a elaboração de uma proposta formativa para ser desenvolvida no plano de formação. Nesse caso, caberia a essas instituições atuar conjuntamente com as lideranças educacionais no planejamento e no monitoramento das formações, de maneira a atender os objetivos da rede.

- **Elaboração do cronograma do plano de formação:** a elaboração de um cronograma é uma ação que sistematiza as discussões do grupo de trabalho, caso tenha sido composto. Mesmo sem esse grupo, o cronograma é um instrumento necessário à organização das atividades previstas. Nesse sentido, a construção do cronograma requer a definição das datas de início e finalização do percurso formativo, bem como do número de encontros que se deseja realizar e de suas datas estimadas. Recomenda-se que ele contemple também a distribuição dos tempos em que as ações preparatórias, que antecedem o início das formações, precisam acontecer.

A seguir, está um exemplo de cronograma para as ações que antecedem o início do percurso formativo.

Mês	Janeiro	Fevereiro	Março
Ações	<ul style="list-style-type: none">• Definição do público participante.• Levantamento dos conhecimentos prévios e das demandas formativas.• Definição do formato: presencial, híbrido ou virtual.• Definição da carga horária para cada formato e público participante.	<ul style="list-style-type: none">• Realização de reuniões com os formadores.• Orientação sobre a elaboração das pautas formativas e a produção de materiais de apoio às formações.• Elaboração do cronograma do percurso formativo.	<ul style="list-style-type: none">• Finalização da elaboração do plano.• Início do percurso formativo.

ETAPA 4: COMUNICAÇÃO

Ao comunicar a rede sobre o plano de formação continuada, a Secretaria possibilita que as equipes escolares (direção, coordenação pedagógica e docentes) se planejem e organizem para se apropriarem das diretrizes educacionais que contribuem com a implementação do referencial curricular reorganizado e das estratégias de recomposição das aprendizagens.

Recomenda-se que os setores da Secretaria envolvidos nas ações de comunicação sobre o percurso formativo atuem de forma integrada, reforçando a importância da contribuição de cada participante para a execução do plano de formação e ressaltando como os processos formativos impactam a melhoria e o avanço da aprendizagem dos estudantes.

Para uma comunicação assertiva e que engaje a participação dos professores e gestores escolares, é indicado que seja apresentado o cronograma do percurso formativo e de que forma ele se articula com a dimensão pedagógica do referencial curricular reorganizado, bem como com o planejamento das práticas pedagógicas, das avaliações de aprendizagem e da utilização de materiais didáticos, na perspectiva da coerência pedagógica sistêmica.

Cabe também que essa comunicação destaque a formação como uma prioridade na rede de ensino e ofereça orientações às escolas para a (re)organização das atividades curriculares, de modo que não haja entraves para que os professores sejam liberados e participem nos encontros formativos. Oferecer o suporte necessário para que as unidades de ensino possibilitem a participação dos docentes nesses encontros é central para que se tenha a adesão esperada.

Recomendações para elaboração de estratégias de comunicação para a divulgação do plano de formação

As ações de comunicação sugeridas podem ser adequadas aos diferentes contextos das redes de ensino. O importante é assegurar a intencionalidade de proporcionar uma ampla participação do público-alvo para que os objetivos formativos sejam alcançados.

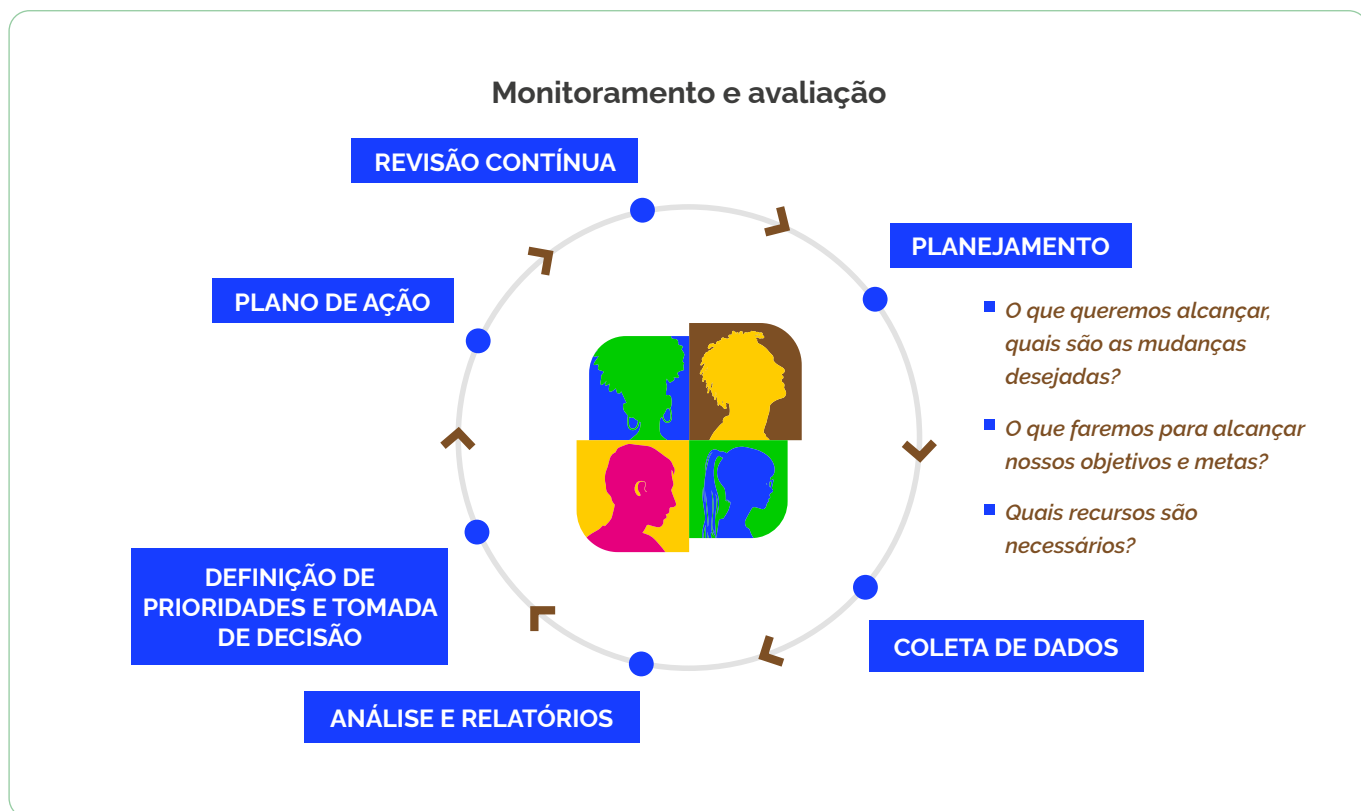
- Fazer a apresentação oficial do plano de formação para toda a comunidade escolar.
- Convidar professores de referência ou formadores para apresentar o percurso formativo e as metodologias das formações.
- Enviar convites, antecipadamente, para regionais e/ou escolas, reforçando a importância do engajamento dos públicos participantes de cada percurso.
- Divulgar, por canais oficiais de comunicação e redes sociais, datas, horários e locais onde acontecerão os momentos formativos.
- Divulgar, após cada formação, o número de participantes por regional e/ou escolas, para incentivar a participação de todos.

ETAPA 5: MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA

O monitoramento da formação continuada é realizado ao longo de toda a implementação do percurso formativo, com objetivos específicos para cada público. Para que as ações de formação se mantenham relevantes e eficazes ao longo do tempo, mesmo diante de mudanças administrativas ou políticas, as práticas de monitoramento são inegociáveis. São elas que geram as evidências que possibilitam a análise dos resultados obtidos e o aprimoramento das estratégias empregadas.

Para organizar os processos de monitoramento e avaliação da formação, é importante considerar seis ações:

- I. planejamento;
- II. coleta de dados;
- III. análise e relatórios;
- IV. definição de prioridades e tomada de decisão;
- V. plano de ação; e
- VI. revisão contínua.



Fonte: Brasil (2025b, p.103).

I Planejamento

O acompanhamento e monitoramento dos processos formativos requerem critérios para que seja possível avaliar o impacto das formações nas práticas pedagógicas e de gestão das equipes escolares, com foco na recomposição das aprendizagens dos estudantes.

Esses critérios podem ter uma abrangência geral, inicialmente, e ser detalhados de acordo com as peculiaridades das redes de ensino à medida que o plano de formação for estruturado. Junto com os indicadores de sucesso, é preciso planejar quais instrumentos serão utilizados para a sua verificação e a periodicidade com que a coleta de dados será realizada. Algumas questões que podem nortear esse planejamento são: quais estratégias a Secretaria de Educação pode utilizar para verificar se a participação dos professores na formação está gerando mudança de prática? Como a Secretaria pode avaliar se ocorreu mudança de prática pedagógica do professor que impactou positivamente a aprendizagem dos estudantes? Como essas informações serão utilizadas para revisar as ações da formação?

Para apoiar o trabalho da Secretaria, é apresentado a seguir um conjunto de indicadores que podem ser complementados para atender ao plano de formação continuada de cada rede. Os indicadores estão organizados para permitir a utilização em diferentes fases do percurso formativo.

Indicadores	
Engajamento nas formações	<ul style="list-style-type: none"> • Número de participantes, frequência, satisfação com as atividades.
Aproveitamento dos estudantes	<ul style="list-style-type: none"> • Impacto na aprendizagem dos estudantes (resultados das avaliações, taxas de absenteísmo e abandono e taxas de aprovação).
Práticas pedagógicas	<ul style="list-style-type: none"> • Desdobramento do tema da formação na pauta dos momentos de estudo e planejamento coletivo dos professores na escola. • Integração entre áreas de conhecimento no planejamento e nas atividades pedagógicas da escola. • Planejamento de aula alinhado com as habilidades do referencial curricular reorganizado. • Revisão do planejamento pedagógico e dos planos de aula tendo em vista os resultados de aprendizagem das avaliações formativas ao longo do ano letivo. • Desenvolvimento de atividades pedagógicas e utilização de materiais didáticos para recompor aprendizagens de acordo com o referencial curricular reorganizado. • Práticas pedagógicas com agrupamentos temporários de estudantes nas turmas por nível de aprendizagem. • Planejamento e desenvolvimento das práticas pedagógicas com priorização e progressão das aprendizagens com o formato do escopo e sequência. • Compartilhamento de boas práticas entre professores de diferentes áreas de conhecimento e componente curricular.

II Coleta de dados

A coleta de dados consiste em aplicar os instrumentos de monitoramento estabelecidos na etapa de planejamento para reunir informações sobre a implementação do Plano de Formação. Ela deve considerar tanto dados quantitativos quanto qualitativos, garantindo a triangulação entre diferentes fontes – como percepção dos docentes, observação em sala e desempenho dos estudantes – para obter um panorama mais preciso dos efeitos da formação. Formulários, questionários, mapas de dados já analisados pelos Conselhos de Classe (como índice de absenteísmo e de desempenho por turma, por componente curricular e por estudante), além de fichas de planejamento pedagógico e de observação de aulas são exemplos de ferramentas que podem ser empregadas nessa coleta. O mais importante é que, a despeito dos instrumentos privilegiados, os dados coletados dialoguem com os indicadores de sucesso.

Veja alguns exemplos práticos.

Engajamento nas formações	<ul style="list-style-type: none">• Formulários de presença e pesquisas de satisfação sobre os encontros formativos.
Aproveitamento dos estudantes	<ul style="list-style-type: none">• Registros de absenteísmo e abandono escolar;• Análise dos resultados das avaliações de aprendizagem;• Registros dos índices de aprovação.
Práticas pedagógicas	<ul style="list-style-type: none">• Identificação de boas práticas e pontos de melhoria e aperfeiçoamento dos conhecimentos e das metodologias desenvolvidas durante os processos formativos;• Análise comparativa dos planos de aula com o referencial curricular reorganizado e com os resultados das avaliações de aprendizagem;• Observação do coordenador pedagógico, acordada previamente com o professor, do desenvolvimento da prática pedagógica durante a aula;• Acompanhamento das pautas do percurso formativo e da aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos professores nas atividades escolares.

FICA A DICA!

Após a definição dos indicadores a serem acompanhados, a rede deve prever também no seu planejamento a periodicidade, o(s) responsável(is) pela coleta e o(s) instrumento(s) a ser(em) utilizado(s).

III Análise e relatórios

A sistematização do acompanhamento e monitoramento dos impactos na aprendizagem promovidos pela formação continuada pode ser feita na forma de relatórios periódicos, elaborados pelas equipes escolares, pelos formadores locais ou pelas diretorias regionais. Uma vez sistematizadas, é essencial que as informações sejam compartilhadas com todos os atores diretamente interessados, para subsidiar ajustes e decisões estratégicas.

Para a confecção do relatório de sistematização dos dados monitorados, recomenda-se considerar:

- dados objetivos sobre a formação realizada, como tema, público participante, duração dos encontros, formato (virtual, híbrido ou presencial) e período em que ocorreu;
- análise dos indicadores de sucesso propostos por este Guia;
- aspectos que abarcam três dimensões do percurso formativo: participação do público-alvo, reconhecimento da importância do tema sobre o referencial curricular reorganizado e engajamento com as metodologias e estratégias formativas desenvolvidas, organizados nas questões a seguir:

Dimensão	Questão para apoiar a análise
Participação do público definido	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual foi o percentual de participação por grupo? 2. Qual foi a principal justificativa das ausências? 3. Qual foi o motivo indicado para o comparecimento?
Reconhecimento da importância do tema sobre o referencial curricular reorganizado	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual percentual do público conhece o referencial curricular reorganizado? 2. Qual percentual do público utiliza o referencial curricular reorganizado? 3. Qual percentual do público conhece e utiliza o referencial curricular reorganizado para planejar a recomposição das aprendizagens?
Engajamento e interação com as metodologias e estratégias formativas desenvolvidas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quais metodologia e estratégias formativas foram indicadas pelo público como efetivas para a prática pedagógica? 2. Qual atividade foi reconhecida como impulsionadora da aprendizagem?

IV Definição de prioridades e tomada de decisão

Considerando a análise da sistematização dos dados feita pelas equipes das regionais e/ou escolas, a Secretaria pode revisar o plano de formação, estabelecendo novas prioridades e/ou metas que reflitam os desafios e as oportunidades vivenciados localmente.

V Plano de ação

Os resultados percebidos durante o percurso formativo configuram insumos valiosos para o diagnóstico da eficácia das ações implementadas em cada momento do plano de formação e para o replanejamento de pautas inicialmente propostas para apoiar docentes e gestores na recomposição de aprendizagens com base no referencial curricular reorganizado. Essa análise em processo permite elaborar um novo plano de ação e fazer novas escolhas que dialoguem mais com as necessidades e realidades locais da rede de ensino, bem como aprimorar os instrumentos de acompanhamento utilizados pela Secretaria, sem que seja preciso aguardar a conclusão do processo formativo.

VI Revisão contínua

É por meio do monitoramento e da avaliação sistemática que se torna possível analisar resultados e aprimorar continuamente as estratégias definidas no plano de formação, com vistas a garantir que as ações estejam alinhadas aos objetivos de qualidade e equidade na aprendizagem. Os relatórios analíticos colaboram para tomadas de decisão e ajustes em processo, como a reorganização do cronograma, a substituição de temas pouco aderentes ou o fortalecimento do acompanhamento de coordenadores pedagógicos. É recomendado realizar a revisão contínua a cada ciclo bimestral ou após cada módulo formativo, em diálogo com os formadores e gestores escolares.


Roteiro para a autoavaliação de formadores

A cada encontro formativo, recomenda-se que os formadores exercitem as seguintes reflexões acerca do trabalho desenvolvido.

- Quais avanços observamos nas práticas docentes desde o último encontro?
- O conteúdo da formação está respondendo às necessidades identificadas?
- Há grupos ou áreas que precisam de reforço formativo adicional?
- Que ajustes devemos fazer antes do próximo encontro?

LISTA DAS AÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO

Para apoiar a organização das tarefas a serem desenvolvidas pela rede de ensino na fase de implementação, é apresentada a seguir uma lista de ações previstas para cada etapa dessa fase.

	Etapa	Ação	Descrição
	1	Definição do público-alvo da formação	Promover um diálogo entre professores e gestores escolares sobre definição do público-alvo das formações. Divulgar e justificar os critérios que foram utilizados para a definição.
	2	Levantamento das temáticas-alvo da formação	Realizar o levantamento das temáticas-alvo da formação, considerando a análise de dados de avaliação dos estudantes; o levantamento das dificuldades relatadas pelos professores e coordenadores pedagógicos; e a identificação das prioridades curriculares para a recomposição.
	3	Planejamento das ações formativas	Detalhar o plano de trabalho, considerando os objetivos a serem alcançados; o conteúdo e o formato de cada encontro formativo; as metodologias a serem empregadas (e, por tanto, os materiais necessários); os formadores responsáveis por cada encontro; e o cronograma das formações ao longo do ano.
	4	Comunicação	Apresentar o plano de formação à comunidade escolar, mobilizando formadores e apoiadores para o engajamento do público-alvo nos encontros formativos.
	5	Monitoramento e avaliação da formação continuada	Planejar os indicadores e instrumentos de monitoramento, bem como a periodicidade de coleta de dados. Coletar evidências por meio dos instrumentos selecionados. Analisar o impacto da formação na recomposição das aprendizagens dos estudantes. Definir novas prioridades e ações, se necessário.

2.3 Sugestão de cronograma geral

A visualização da distribuição das ações de implantação e implementação do plano de formação ao longo de um ano letivo regular apoia a construção de um calendário de formações ajustado às necessidades e oportunidades de cada rede de ensino. A seguir, como um exemplo ilustrativo, é apresentado um cronograma geral, que pode ser adaptado pelas redes às suas realidades locais, considerando seu calendário letivo, sua organização interna e momentos formativos já previstos.

Mês	Ações	Recomendações
Janeiro	Elaboração do plano formativo	Agendamento prévio do local para as formações presenciais e verificação das condições dos insumos necessários.
Fevereiro	Formação dos formadores	Composição de equipe de formadores com liderança para orientar sobre os objetivos dos processos formativos.
Março	Início do percurso formativo <ul style="list-style-type: none">• Elaboração da pauta formativa;• Divulgação e mobilização para a participação do público;• 1ª formação continuada;• Acompanhamento do desdobramento dos aprendizados da formação na escola e sala de aula.	Integração com outros setores para assegurar a divulgação e mobilização do público participante.
Abril	<ul style="list-style-type: none">• 1ª avaliação das formações;• Análise e devolutiva dos resultados identificados;• Revisão das pautas e das estratégias formativas.	Elaboração de formulário digital para pesquisa de avaliação dos momentos formativos.
Maio	<ul style="list-style-type: none">• Elaboração da pauta formativa;• Divulgação e mobilização para a participação do público;• 2ª formação continuada;• Acompanhamento do desdobramento dos aprendizados da formação na escola e sala de aula.	Acompanhamento e revisão do plano de formação para ajustes necessários.

Mês	Ações	Recomendações
Junho	<ul style="list-style-type: none"> • 2ª avaliação das formações; • Análise e devolutiva dos resultados identificados; • Revisão das pautas e das estratégias formativas. 	Sistematização dos resultados das avaliações das formações do 1º semestre.
Julho	Férias escolares	
Agosto	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração da pauta formativa; • Divulgação e mobilização para a participação do público; • 3ª formação continuada; • Acompanhamento do desdobramento dos aprendizados da formação na escola e na sala de aula. 	Acompanhamento das escolas para apoiar o desdobramento das ações formativas.
Setembro	<ul style="list-style-type: none"> • 3ª avaliação das formações; • Análise e devolutiva dos resultados identificados; • Revisão das pautas e estratégias formativas. 	
Outubro	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração da pauta formativa; • Divulgação e mobilização para a participação do público; • 4ª formação continuada; • Acompanhamento do desdobramento dos aprendizados da formação na escola e sala de aula. 	Acompanhamento das escolas para apoiar o desdobramento das ações formativas.
Novembro	<ul style="list-style-type: none"> • 4ª avaliação das formações; • Análise e devolutiva dos resultados identificados; • Revisão das pautas e das estratégias formativas. 	Sistematização dos resultados das avaliações das formações do 2º semestre.

Os processos formativos apresentados pelos Guias do Pacto Nacional pela Recomposição de Aprendizagens abarcam diferentes atores educacionais, incluindo as lideranças da rede de ensino. Conhecer os pressupostos e os documentos do Pacto configura importante ponto de partida comum para que todos possam compreender as diretrizes que norteiam as ações pedagógicas e as estratégias para endereçar as defasagens de aprendizagens dos estudantes.

Este Guia traz insumos para a elaboração de um plano formativo voltado aos profissionais diretamente envolvidos com essas ações pedagógicas e estratégias e, por isso, recomenda-se que os percursos formativos tenham foco maior na prática de professores e gestores escolares, contendo uma abordagem intencionalmente relacionada com a função desempenhada por cada um no processo de implementação do referencial curricular reorganizado.

Para apoiar o desenvolvimento de estratégias de recomposição das aprendizagens, confira.

- A trilha formativa [Recomposição das aprendizagens: caminhos para \(re\)aprender](#), elaborada pelo Instituto Reúna, disponível no programa Nosso Ensino Médio.
- A iniciativa [Foco na aprendizagem](#), promovida pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc/CE), que apresenta ações didático-pedagógicas voltadas para o direito à aprendizagem dos estudantes e para a garantia de equidade nos processos educativos, como avaliação diagnóstica e formativa, formação continuada de professores, tutoria de Língua Portuguesa e de Matemática e uso de material didático estruturado.

A seguir, serão apresentadas recomendações para a construção de percursos formativos, considerando as necessidades de desenvolvimento das lideranças escolares e dos professores. Cada rede de ensino pode definir outros objetivos que contemplem as demandas formativas próprias dos contextos das escolas. Por exemplo:

- **Compreender a lógica da progressão das habilidades no referencial curricular reorganizado.**
- **Planejar estratégias de recomposição por ciclo e componente curricular.**
- **Utilizar dados das avaliações para redirecionar práticas pedagógicas.**
- **Promover a articulação entre coordenação e docentes no planejamento por escopo e sequência.**

As formações previstas no plano de formação continuada sobre o referencial curricular reorganizado podem ser realizadas de forma cascadeada, em especial para as redes de ensino que, por diversos motivos, não conseguem reunir todo o público participante no órgão central da Secretaria para os momentos formativos presenciais. Abaixo apresentam-se algumas sugestões para esse fracionamento.

Fluxo do cascadeamento 1:

- **Equipe central:** forma a equipe regional (quando houver regional na rede);
- **Equipe regional:** forma a gestão escolar (direção e coordenação pedagógica);
- **Coordenação pedagógica:** forma docentes.

Fluxo do cascadeamento 2:

- **Equipe central:** forma a gestão escolar (direção e coordenação pedagógica);
- **Coordenação pedagógica:** forma docentes.

FORMAÇÕES PARA LIDERANÇAS EDUCACIONAIS

Diretores e coordenadores pedagógicos, na estrutura da rede de ensino, ocupam uma posição singular, uma vez que são as lideranças mais próximas do professor e do estudante, tornando-se vetores essenciais para o sucesso da recomposição das aprendizagens. Portanto, recomenda-se que sua formação continuada seja planejada estrategicamente para potencializar essa influência. É essencial que compreendam a fundo os princípios e as estratégias da recomposição, não como conceitos abstratos, mas como ferramentas para orientar e motivar os professores em sua prática diária. Isso implica o desenvolvimento da capacidade de analisar dados de avaliação com precisão, identificar as necessidades de aprendizagem dos estudantes e planejar mediações pedagógicas adequadas e contextualizadas. Além disso, o trabalho de acompanhamento pedagógico bem feito possibilitará a identificação das dificuldades de aprendizagens dos estudantes e das demandas formativas dos professores, de modo que possam planejar pautas formativas adequadas à equipe da escola.

Deve-se destacar ainda que diretores e coordenadores pedagógicos, como lideranças escolares, desempenham um papel estratégico na promoção e na garantia da equidade, o que envolve cuidar do planejamento e da execução das ações de recomposição, da definição do referencial curricular reorganizado, da previsão e provisão de recursos financeiros, bem como da qualidade dos insumos – como infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos e formação de professores –, com o

objetivo de promover a aprendizagem e o desenvolvimento integral de todos os estudantes. Para esse grupo, é possível considerar que as formações abordem:

- estudo dos Guias do Pacto Nacional para a Recomposição das Aprendizagens;
- estruturação da proposta curricular revisada pós-pandemia e alinhada às inovações sociais e tecnológicas, as quais fazem parte da realidade dos estudantes, levando em conta estratégias para a recomposição das aprendizagens;
- elaboração de planos de recomposição de aprendizagem para as unidades escolares, uma vez que há aspectos comuns a todas as unidades escolares (como o referencial curricular priorizado, os processos de avaliação e mediação pedagógica), e outros específicos de cada unidade escolar;
- formas de colaboração entre diretores e coordenadores escolares e entre as equipes gestoras das escolas e a Secretaria;
- uso de dados de avaliação para monitorar as ações e promover ajustes no plano de trabalho de recomposição;
- formas de viabilizar e acompanhar a participação ativa de gestores escolares e professores nos encontros formativos de revisão e implementação da proposta curricular;
- orientações sobre o desenvolvimento relacionado a objetos de conhecimento, habilidades e competências, incluindo maior detalhamento de propostas que envolvam ações específicas em prol das relações étnico-raciais para todas as etapas e segmentos;
- organização de um plano formativo para professores sobre práticas pedagógicas eficazes e avaliação formativa, incluindo a elaboração e aplicação de instrumentos avaliativos que promovam a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes.

As ações formativas com foco nas lideranças educacionais podem ser organizadas em diferentes formatos, como:

- **oficinas práticas de leitura de dados diagnósticos;**
- **grupos de estudo com gestores por etapas/modalidades;**
- **trilhas formativas específicas para diretores e coordenadores;**
- **atividades de simulação de construção de planos escolares de recomposição;**
- **rodas de troca de experiências com foco em equidade.**

Especificidades dos coordenadores pedagógicos

Os coordenadores pedagógicos são responsáveis pelo acompanhamento das atividades pedagógicas diárias da escola, promovendo a corresponsabilização de toda a comunidade escolar pelo aprendizado e desenvolvimento integral dos estudantes. Essa função exige abertura ao diálogo e à parceria com diferentes atores da escola, incluindo a direção, a equipe de professores, os estudantes e suas famílias e responsáveis. É essencial que todos compreendam seu papel para que os percursos de aprendizagem estejam visíveis para a comunidade e sua continuidade seja garantida⁷.

A coordenação pedagógica não precisa ser composta por especialistas nem ter conhecimento aprofundado sobre cada área do conhecimento. No entanto, é fundamental que esses profissionais tenham uma visão geral dos aspectos centrais de cada uma delas e de suas conexões com o desenvolvimento integral dos estudantes. O papel da coordenação pedagógica é estimular o diálogo entre os professores e promover o planejamento conjunto, favorecendo uma integração curricular que ajude os estudantes a compreenderem a aplicação prática do que aprendem, além de desenvolverem um pensamento mais integrado e crítico orientado pelo currículo. Nessa perspectiva, cabe aos coordenadores pedagógicos realizar o acompanhamento e oferecer apoio para a atuação docente, por meio da formação em serviço, da observação de sala de aula com devolutivas construtivas, de reuniões individuais com os professores e do apoio na elaboração de planos de aula que dialoguem com os focos da recomposição das aprendizagens e que contemplem a diversidade presente em sala de aula.

Por isso, sua formação é tão relevante e pode contemplar, para além dos tópicos já indicados anteriormente para as lideranças escolares, os seguintes aspectos:

- a importância de construir e implementar estratégias e rotinas de trabalho com enfoque na melhoria do clima escolar, na participação dos estudantes no cotidiano da escola, na qualidade e equidade da aprendizagem e na articulação entre escola, família e comunidade;
- estratégias de apoio ao planejamento dos professores e de acompanhamento das aprendizagens dos estudantes, com foco na identificação de necessidades específicas de aprendizagem e proposição da repriorização curricular que se fizer necessária⁸;
- aprofundamento dos conhecimentos associados à organização e interpretação de dados sobre o desempenho escolar e os desafios de aprendizagem dos estudantes, alinhando o trabalho pedagógico por evidências a metas e estratégias previstas no programa de recomposição;

⁷ Recomenda-se conhecer os [Guias de apoio técnico ao desenvolvimento profissional da Escola das Adolescências](#), voltados às equipes técnicas das Secretarias, a diretores e a coordenadores escolares.

⁸ A esse respeito, ver o [Guia de Reorganização Curricular para Recomposição das Aprendizagens](#).

- processos de mediação entre professores e equipe gestora;
- como articular as contribuições dos professores para a recomposição das aprendizagens, promovendo diálogos sobre práticas pedagógicas, metodologias inclusivas e estratégias para a promoção da equidade e do desenvolvimento integral dos estudantes;
- como organizar e promover espaços de formação e reflexão na escola, envolvendo a comunidade escolar no debate sobre equidade, diversidade e inclusão, e alinhando a prática da escola aos princípios que orientam o programa de recomposição das aprendizagens.

Sugestão de estrutura dos percursos formativos para as lideranças escolares

DIRETOR

Objetivo: ampliar os conhecimentos sobre a função do referencial curricular reorganizado da rede de ensino para o desenvolvimento e o avanço da aprendizagem.

Formato: híbrido (presencial e virtual).

Carga-horária: 16 horas.

Módulos:

- Reorganização das aprendizagens no currículo.
- Recomposição das aprendizagens.
- Coerência Pedagógica Sistêmica.

COORDENADOR PEDAGÓGICO

Objetivo: aprofundar conhecimentos e práticas pedagógicas para orientar e apoiar os professores na implementação do referencial curricular reorganizado e no desenvolvimento de estratégias para recompor as aprendizagens.

Formato: híbrido (presencial e virtual).

Carga-horária: 32 horas.

Módulos:

- Reorganização das aprendizagens no currículo e o planejamento pedagógico utilizando a ferramenta escopo e sequência.
- Estratégias para a recomposição das aprendizagens.
- Coerência pedagógica sistêmica.
- Uso pedagógico dos resultados das avaliações de aprendizagem para promover intervenções pedagógicas.

- Seleção e utilização de materiais didáticos.
- Organização de tempos e espaços escolares para recompor aprendizagens (agrupamentos de estudantes).
- Papel da liderança pedagógica na gestão da aprendizagem.

FORMAÇÕES PARA PROFESSORES

O professor é um mediador que acredita no potencial de aprendizagem dos estudantes, compreende os ritmos, as necessidades e as potencialidades deles, sendo fundamental para identificar lacunas, planejar intervenções personalizadas e criar um ambiente acolhedor e desafiador que favoreça o avanço de todos.

No contexto da recomposição das aprendizagens, a formação continuada dos professores gera resultados mais efetivos quando aporta o trabalho docente de diagnóstico das aprendizagens a partir do referencial curricular priorizado pela rede de ensino, oferecendo insumos para que compreendam como podem mobilizar recursos, metodologias e estratégias de ensino, com intencionalidade, para fortalecer as competências e as habilidades que se mostram menos desenvolvidas pelos estudantes. Esse trabalho formativo assentado nas necessidades de aprendizagem potencializa a prática docente ao articular os processos de avaliação, o uso de materiais didático-pedagógicos e o referencial curricular priorizado, na lógica da coerência pedagógica sistêmica.

Assim, para a formação dos professores, é possível priorizar:

- o uso de dados diagnósticos, o planejamento de atividades diferenciadas, o trabalho com competências socioemocionais e a adoção de estratégias que promovam o engajamento ativo dos estudantes;
- o estudo dos Guias, em especial, os de priorização curricular, avaliação e materiais didáticos;
- formas de desenvolver habilidades mais deficitárias segundo a avaliação da aprendizagem;
- o papel do planejamento reverso e da avaliação formativa na recomposição das aprendizagens;
- como organizar agrupamentos produtivos na sala de aula;
- estratégias de trabalho em grupos.

Sugestão de estrutura dos percursos formativos para professores

Objetivo: aprofundar conhecimentos e práticas pedagógicas para implementar o referencial curricular reorganizado na prática pedagógica e aplicar estratégias e metodologias para a recomposição das aprendizagens.

Formato: híbrido (presencial e virtual).

Carga-horária: 32 horas.

Módulos:

- Reorganização das aprendizagens no currículo e o planejamento pedagógico com uso da ferramenta escopo e sequência.
- Estratégias para a recomposição das aprendizagens.
- Coerência pedagógica sistêmica.
- Uso pedagógico dos resultados das avaliações de aprendizagem para promover intervenções pedagógicas.
- Seleção, adaptação e utilização de materiais didáticos.
- Organização da prática por diferentes níveis de aprendizagem (agrupamentos de estudantes).

O planejamento inicial realizado para as formações continuadas de gestores escolares e de docentes pode sofrer adequações com base na análise dos indicadores de monitoramento, conforme as orientações apresentadas na Etapa 5 da Fase de Implementação (Monitoramento e avaliação da formação continuada). Essa revisão em processo permite que eventuais aperfeiçoamentos necessários sejam prontamente realizados, de modo a manter o percurso formativo relevante e capaz de impulsionar transformações efetivas nas práticas dos participantes.

É fundamental que os planos de formação considerem a diversidade das redes de ensino e contemplem:

- as necessidades formativas das equipes gestoras, responsáveis por liderar a implementação da recomposição nas escolas;
- as demandas dos docentes atuantes em diferentes contextos, com ênfase nos territórios com maiores desafios educacionais;
- a elaboração de percursos formativos customizados para modalidades específicas, como Educação especial, do campo, indígena e quilombola, considerando suas especificidades socioculturais e pedagógicas.

4 REFERÊNCIAS DE BOAS PRÁTICAS

A criação de um plano de formação continuada possibilita à rede de ensino sinalizar que a recomposição das aprendizagens não é uma ação pontual, mas um compromisso duradouro com a melhoria da qualidade da educação e com a equidade. Esse investimento reflete uma visão sistêmica de valorização do fazer docente e de fortalecimento das escolas como comunidades de aprendizagem. Isso porque as práticas verificadas como eficazes na recomposição das aprendizagens dos estudantes podem ser compartilhadas e multiplicadas entre unidades de ensino, ampliando o repertório dos educadores para o trabalho em desenvolvimento.

Quando os professores são apoiados de forma permanente, têm mais condições de promover experiências significativas, acolhedoras e transformadoras para todos os estudantes. Além disso, a valorização da experiência e do saber do docente é indispensável para que ele se sinta corresponsável e protagonista no processo de recomposição das aprendizagens. Isso envolve escuta, diálogo e reconhecimento, bem como a criação de espaços colaborativos entre pares, nos quais possam compartilhar práticas, refletir sobre os desafios e construir soluções conjuntas. O trabalho coletivo fortalece a rede de apoio pedagógico e torna as ações mais consistentes e eficazes.

A seguir, são apresentadas iniciativas e recomendações que podem apoiar o trabalho coletivo de professores e gestores escolares, inspirando novas práticas de compartilhamento e colaboração que enriqueçam ainda mais as construções já realizadas com foco na recomposição das aprendizagens dos estudantes. Essas experiências podem dialogar diretamente com os indicadores de monitoramento do percurso formativo e orientar ajustes nas estratégias pedagógicas das redes, podendo ser potencializadas com o apoio da Secretaria ou de parceiros institucionais do Pacto, como forma de promover a difusão horizontal do conhecimento.

4.1 Comunidade de aprendizagem e práticas

As comunidades de aprendizagem e discussão (presenciais ou virtuais) configuram importantes espaços nos quais professores e gestores escolares podem aprofundar conhecimentos, desafiar crenças e desenvolver novas compreensões acerca do impacto das práticas pedagógicas na aprendizagem dos estudantes.

Há muitos gestores escolares, assim como professores, com práticas que mereceriam ser divididas e replicadas, da mesma forma que há outros tantos com dúvidas e que se sentem solitários para resolvê-las sozinhos.

Por isso, criar comunidades de aprendizagem e práticas a partir da formação continuada, em espaços presenciais ou virtuais (como redes sociais, *blogs*, aplicativos de mensagens ou sistemas de gestão de aprendizagem de código aberto, a exemplo do Moodle), tem sido uma experiência exitosa de diálogo, formação entre pares e aprendizagem colaborativa.

"Uma comunidade de aprendizagem se pauta na concepção de participação mediada pela aprendizagem dialógica, considerando-se as capacidades reflexivas e comunicativas que todas as pessoas possuem para atuarem plenamente em seus contextos. A responsabilidade é compartilhada por todos(as) durante os processos de planejamento, realização e avaliação do trabalho [...]" (Mello; Braga; Gabassa, 2012, n. p.).

A origem da ideia

O conceito de comunidades de aprendizagem e práticas, entendido como uma metodologia, ganhou força na década de 1990 por meio das pesquisas conduzidas pelo Centro de Investigação em Teorias e Práticas de Superação de Desigualdades (CREA), da Universidade de Barcelona, na Espanha. Desde então, ao longo de três décadas, vêm sendo consolidadas experiências que demonstram impactos positivos tanto no desempenho acadêmico dos estudantes quanto na promoção de uma convivência escolar mais solidária e respeitosa. Evidências mostram que o êxito ou fracasso das práticas pedagógicas está mais fortemente relacionado às metodologias adotadas pelas escolas do que às condições socioeconômicas e culturais dos seus alunos.

Sob esse enfoque, iniciativas educacionais efetivas devem se apoiar em dois princípios fundamentais: a diversidade dos grupos e a participação ativa da comunidade no processo educativo. A noção de comunidades de aprendizagem, conforme desenvolvida na Espanha, está ancorada no princípio da aprendizagem dialógica — um modelo que promove a interação igualitária entre todos os participantes, valorizando suas experiências, culturas e formas de pensar. Essa abordagem não apenas amplia os sentidos da aprendizagem, como também fortalece os vínculos sociais e estimula atitudes colaborativas, fazendo com que a melhoria dos resultados escolares seja uma consequência direta da construção coletiva do conhecimento.

No contexto brasileiro, o [Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa \(Niase\)](#), vinculado à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), tem se destacado na produção de conhecimento e no desenvolvimento de experiências voltadas às comunidades de aprendizagem. Seu

trabalho contribui para a adaptação e consolidação dessa proposta em diferentes realidades do país, reafirmando o potencial transformador da aprendizagem baseada no diálogo e na participação coletiva. Ainda sob a orientação do grupo de Barcelona, é interessante conhecer o programa [Comunidades de Aprendizaje](#).

Como organizar uma comunidade de aprendizagem e práticas

Uma comunidade de aprendizagem e práticas é uma proposta metodológica baseada em três objetivos centrais: **eficácia**, **equidade** e **coesão social**. A eficácia se refere à melhoria nos resultados de aprendizagem. Por sua vez, a equidade diz respeito à garantia de igualdade de oportunidades para todos os estudantes. Já a coesão social se relaciona à convivência harmoniosa e à participação ativa da comunidade na vida escolar. Para que esses objetivos se concretizem, é essencial que a comunidade funcione de maneira colaborativa, com base nos princípios da aprendizagem dialógica, formulados pelo Centro de Investigação em Teorias e Práticas de Superação de Desigualdades (CREA), da Universidade de Barcelona.

Os sete princípios da aprendizagem dialógica são: 1) diálogo igualitário, em que a força dos argumentos supera a posição hierárquica; 2) inteligência cultural, que reconhece saberes diversos, para além do acadêmico; 3) transformação, com foco na mudança social e não apenas na adaptação; 4) criação de sentido, para garantir interesse real pelo aprendido; 5) solidariedade, com envolvimento coletivo no projeto educativo; 6) dimensão instrumental, que assegura acesso ao conhecimento necessário à inclusão; e 7) igualdade de diferenças, com respeito à diversidade de cada pessoa.

A implantação de uma comunidade de aprendizagem e práticas segue cinco fases propostas pelo CREA, que ajudam a estruturar e gerir sua implementação:

- 1 Sensibilização:** em que a escola analisa suas condições, identifica desafios e reflete sobre práticas mais inclusivas e eficazes;
- 2 Tomada de decisão:** na qual a comunidade escolar pactua, de forma coletiva e democrática, a transformação da escola em comunidade de aprendizagem;
- 3 Sonho:** em que mobiliza professores, estudantes e famílias a projetarem juntos a escola ideal que desejam construir;
- 4 Seleção de prioridades:** em que organiza os sonhos segundo os recursos, as condições e os diagnósticos da realidade escolar e territorial;

5 Planejamento: em que organiza a gestão participativa, com a formação de comissões mistas de trabalho, voltadas para a implementação das **atuações educativas de êxito** – práticas que promovem aprendizagem com base nos princípios da aprendizagem dialógica.

Na perspectiva da recomposição das aprendizagens, os diagnósticos da realidade escolar e territorial contribuem para a seleção de quais etapas de ensino, anos, séries e/ou componentes curriculares podem ser priorizados no momento de se estabelecer uma comunidade de aprendizagem e práticas. Assim, pode-se iniciar a constituição da primeira comissão de trabalho com educadores que atuam diretamente com o desenvolvimento da aprendizagem nos anos, nas séries e/ou componentes em foco.

Para organizar as atividades dessa comissão de trabalho, cabe, na etapa de planejamento, criar um espaço seguro e colaborativo, por meio do estabelecimento de acordos de convivência. Cabe, também, estabelecer arranjos práticos para o funcionamento da comunidade: determinar a frequência, o horário e a duração dos encontros, estabelecer o papel de cada um no grupo, e eleger um canal para a comunicação entre os participantes (por exemplo: um grupo em aplicativo de mensagens, lista de e-mails ou plataforma de aprendizagem).

Nos encontros, os participantes podem compartilhar experiências (o que funcionou e o que não funcionou no trabalho pedagógico), apresentar casos reais da prática em foco, estudar com o apoio de textos ou vídeos previamente selecionados e construir estratégias coletivamente. É importante que esse trabalho seja documentado (por meio de atas, formulários on-line, murais físicos ou digitais) e compartilhado com os outros professores da escola (em reuniões pedagógicas ou por meio de boletins internos). Esse estudo precisa ser acompanhado da aplicação e da experimentação em sala de aula, de modo que a reflexão alimente a ação e que os resultados desta sejam novamente analisados pelo grupo.

A comissão de trabalho também pode estabelecer a frequência com que vai avaliar o trabalho que está sendo realizado. Para essa avaliação, o grupo pode verificar se há a necessidade de ajustes, como em relação à escolha de temas e ao formato dos encontros, e compilar os aprendizados que já estão transformando a prática pedagógica positivamente.

Para saber mais sobre como Secretarias de Educação ou unidades de ensino podem constituir comunidades de aprendizagem, assista o vídeo explicativo [Comunidade de aprendizagem](#), disponível no canal do Instituto Natura, no YouTube.

Para aprofundar ainda mais, recomenda-se o material [Comunidade de aprendizagem](#), do Centro de Referências em Educação Integral.

Veja um exemplo de como pode funcionar uma comunidade de aprendizagem e práticas com tecnologias digitais.

Público da comunidade formado por coordenador pedagógico e professores

- 1 Reuniões formativas com diálogo igualitário (via plataforma digital).** O coordenador organiza encontros semanais no Google Meet ou no Zoom, com uma pauta colaborativa elaborada no Documentos Google (Google Docs), em que professores inserem previamente dúvidas, sugestões ou temas para debate. Durante o encontro, utiliza-se o Miro para registros visuais coletivos das ideias discutidas. Essa prática amplia a participação, inclusive de docentes que atuam em horários ou turnos diferentes.
- 2 Grupos de estudo com curadoria digital.** São criados grupos temáticos em ambientes como o Google Classroom, Microsoft Teams ou Edmodo, nos quais os professores compartilham materiais, artigos, vídeos e experiências práticas sobre temas prioritários. O coordenador atua como moderador e curador de conteúdo, incentivando o uso de ferramentas como Padlet para registros colaborativos, ou Quizlet e Mentimeter para dinâmicas interativas de revisão e reflexão.
- 3 Planejamento coletivo com dados digitais.** A análise de dados diagnósticos dos estudantes é feita por meio de *dashboards* no Excel, Google Sheets ou plataformas educacionais específicas. Esses dados são visualizados em gráficos interativos e compartilhados com os professores para apoiar a definição de estratégias pedagógicas. Ferramentas como Trello ou Notion podem ser usadas para organizar as ações planejadas por grupos de professores, com prazos e responsáveis definidos.
- 4 Compartilhamento de práticas com vídeos e fóruns.** Professores gravam pequenos vídeos demonstrando práticas de sala de aula ou estratégias didáticas bem-sucedidas. Esses vídeos são postados em um canal privado da escola no YouTube ou em grupos fechados no WhatsApp ou no Teams. Os demais assistem e comentam via fórum (Padlet, Google Classroom ou Moodle), promovendo reflexões e sugestões de adaptação da prática. O coordenador pode propor temas mensais e facilitar a discussão nos fóruns

Veja agora um exemplo adaptado para ambientes exclusivamente presenciais.

- 1 Reuniões formativas com diálogo igualitário.** O coordenador organiza encontros semanais com os professores em que todos têm voz ativa para compartilhar experiências de sala de aula, levantar dificuldades e propor soluções. Nessas reuniões, o foco está no argumento e na escuta respeitosa, não na hierarquia. Por exemplo, um professor pode relatar uma dificuldade com engajamento dos estudantes e outro pode sugerir uma prática que deu certo em sua turma, promovendo uma troca real de saberes.
- 2 Grupos de estudo sobre temas práticos.** A comunidade pode criar pequenos grupos formativos (comissão mista) para aprofundar temas como avaliação formativa, ensino de leitura ou estratégias para recomposição das aprendizagens. Os professores escolhem os temas conforme suas prioridades e o coordenador ajuda a articular os estudos, garantindo que o conhecimento se transforme em ação pedagógica concreta. Ao final de cada ciclo de estudo, o grupo compartilha os aprendizados com os demais, promovendo formação entre pares.
- 3 Planejamento coletivo com base em diagnósticos.** Com base em análises de dados (como avaliações internas ou diagnósticas externas), a comunidade identifica lacunas comuns e define prioridades de intervenção. Por exemplo, se os dados mostram dificuldades em interpretação de texto no 6º ano, o grupo decide coletivamente planejar sequências didáticas voltadas para essa habilidade. O coordenador não impõe a pauta, mas atua como facilitador da escuta, da análise crítica e da decisão coletiva.
- 4 Práticas compartilhadas e observação entre pares.** Os professores são incentivados a abrir a sala de aula para observações mútuas, seguidas de rodas de conversa reflexivas. Um docente pode observar como outro conduz a leitura coletiva ou como organiza os grupos de trabalho, depois discutem o que funcionou e o que pode ser aprimorado. Esse tipo de prática fortalece a solidariedade e quebra o isolamento docente, criando uma cultura de apoio mútuo e aprendizado colaborativo.

4.2 Outros recursos e ferramentas

Guias, materiais complementares e plataformas de formação: recursos digitais para apoiar o aprendizado contínuo

Exemplos de prática:

- [Projeto pedagógico de formação para recomposição das aprendizagens](#), do Saber +, Amazonas.
- [Aprende mais](#), do Rio Grande do Sul.
- [Foco na aprendizagem](#), do Ceará:

Leituras e referências para aprofundamento:

- [Guia para elaboração do plano de formação](#), do Instituto Reúna.
- Itinerário formativo [Recomposição das aprendizagens: caminhos para \(re\)aprender](#), do Programa Nosso Ensino Médio.
- [Referenciais profissionais docentes para a formação continuada](#), do Consed.
- [BNC Formação continuada na prática](#), do Consed, da Undime, da Fundação Carlos Chagas e da Profissão Docente.
- [Formação continuada de professores: contribuições da literatura baseada em evidências](#), do Consed.
- [Recomposição das aprendizagens agora é lei. Vamos juntos?](#), do Instituto Reúna.
- [Recomposição das aprendizagens em contextos de crise](#), do Vozes da Educação.

Modelos para a elaboração e o detalhamento dos planos de ação de cada rede de ensino:

- [Modelo de documento para projeto institucional](#), da Nova Escola.
- [Modelo de documento para a organização de metas e ações](#), da Nova Escola.

5 ANEXOS

5.1 – Rubricas de alinhamento da formação

Rubrica é um instrumento de avaliação que apresenta um conjunto de critérios coerentes relacionados à realização de uma tarefa e descreve de maneira gradativa os níveis de desempenho possíveis, permitindo uma melhor percepção de quão próximo ou distante o desempenho observado está em relação ao esperado. Ou seja, na medida em que explicita critérios e níveis para avaliação, deixa claro os parâmetros do que considera desejável e desse modo, subsidiará de maneira objetiva a tomada de decisão.

Para ajudar aperfeiçoar os processos de formação de professores, compreendidos no contexto da coerência pedagógica sistêmica, a rede poderá avaliar a possibilidade de construir e/ou utilizar uma rubrica de avaliação para diagnosticar o nível de alinhamento de suas ações à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em relação aos seguintes critérios:

A Promoção da aprendizagem na lógica das competências e do desenvolvimento integral

A formação está alinhada com os fundamentos da BNCC, oferece insumos para o desenvolvimento das competências gerais e para a implementação de metodologias ativas, colocando o estudante no centro do processo de aprendizagem.

B Progressão das aprendizagens

A formação evidencia como organizar a recomposição das aprendizagens em uma lógica de progressão, evidenciando a articulação entre etapas de ensino e anos escolares.

C Integração curricular

A formação apoia a utilização de metodologias que favoreçam a interlocução entre áreas de conhecimento e diferentes componentes curriculares, bem como o diálogo com o contexto de vivência dos estudantes.

D Promoção da equidade educacional

A formação inclui estratégias específicas para atender estudantes em situação de vulnerabilidade, com foco em práticas pedagógicas inclusivas.

Em relação aos níveis de gradação de alinhamento à BNCC o instrumento pode considerar três níveis, sendo: Nível 0: ausência de evidência de alinhamento à BNCC; Nível 1: evidência de alinhamento parcial à BNCC – estrutura ou conteúdo, mas não ambos; Nível 2: evidência de alinhamento estrutural e de conteúdo à BNCC.

A aplicação da rubrica pode ocorrer em diferentes momentos do ciclo formativo – desde o planejamento inicial até o monitoramento contínuo –, servindo como um instrumento de acompanhamento e reorientação das ações da Secretaria. Ela possibilita, por exemplo, que a Secretaria verifique em que medida o plano de formação: (i) está comprometido com os fundamentos pedagógicos da BNCC; (ii) desenvolve o conhecimento pedagógico e atualiza os professores sobre como os estudantes aprendem; (iii) aborda os princípios das formações eficazes e se organiza por eles, de modo a explicitar o que está sendo desenvolvido em cada princípio; ou ainda como (iv) as formações adotam a homologia de processos e estão centradas em referências concretas da sala de aula, entre outras questões.

Com o objetivo de subsidiar a implementação pelas redes, está disponível uma versão adaptada e editável das [Rubricas de alinhamento à BNCC](#). Essa versão contempla, adicionalmente, o **atingimento de promoção da equidade educacional**, alinhado às diretrizes do Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens. A apresentação está disponível, em versão editável para a sua rede.

5.2 – Hyperlinks e endereços

Aprende Mais: <https://portal.educacao.rs.gov.br/Main/Page/portalseduc/Aprende-Mais-2025>

BNC Formação Continuada na Prática: implementando processos formativos a partir de referenciais profissionais: https://undime.org.br/uploads/documentos/php9w8HE3_61a5889f88c53.pdf

Comunidade de aprendizagem, do Centro de Referências em Educação Integral: <https://educacaointegral.org.br/glossario/comunidade-de-aprendizagem-2/>

Comunidades de Aprendizaje: <https://www.comunidadeaprendizagem.com/>

Foco na aprendizagem – Seduc/CE: <https://www.ced.seduc.ce.gov.br/foco-na-aprendizagem-2/>

Formação continuada de professores: contribuições da literatura baseada em evidências: <https://www.consed.org.br/storage/download/5b58f72177bff.pdf>

Guia de ações educacionais em resposta a emergências climáticas: <https://mecred.mec.gov.br/recurso/367618>

Guia de reorganização curricular para recomposição das aprendizagens: <https://www.gov.br/mec/pt-br/recomposicao-aprendizagens/GuiaReorganizacaoCurricularparaRecomposi.pdf>

Guia para elaboração do plano de formação https://nossoensinomedio.org.br/wp-content/uploads/2021/06/GUIA-DO-ELABORADOR_v3.pdf

Guias de apoio técnico ao desenvolvimento profissional da Escola das Adolescências: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-das-adolescencias/guias-de-apoio-tecnico>

Modelo de documento para a organização de metas e ações: <https://box.novaescola.org.br/etapa/5/gestao-escolar/caixa/262/modelos-de-documentos-para-gestores-escolares/conteudo/20220>

Modelo de documento para projeto institucional: <https://box.novaescola.org.br/etapa/5/gestao-escolar/caixa/262/modelos-de-documentos-para-gestores-escolares/conteudo/20221>

Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (Niase): www.niase.ufscar.br

Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens: <https://www.gov.br/mec/pt-br/recomposicao-aprendizagens>

Projeto pedagógico de formação para recomposição das aprendizagens: <https://www.sabermais.am.gov.br/pagina/formacao-continuada>

Recomposição das aprendizagens agora é lei. Vamos juntos?: <https://o.institutoreuna.org.br/recomposicao-das-aprendizagens-agora-e-lei-vamos-juntos>

Recomposição das aprendizagens em contextos de crise: <https://vozesdaeducacao.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Levantamento-Internacional-Estrategias-Recomposicao-Aprendizagens.pdf>

Recomposição das aprendizagens: caminhos para (re)aprender <https://nossoensinomedio.org.br/componentes/caminhos-para-reaprender/>

Referenciais profissionais docentes para a formação continuada: <https://www.consed.org.br/storage/download/600de603f0af4.pdf>

Resolução CNE/CPnº1, de 27 de outubro de 2020: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=164841-rcp001-20&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192

Rubricas de alinhamento à BNCC: <https://www.gov.br/mec/pt-br/recomposicao-aprendizagens/rubricasalinhamentoBNCC.pptx>

Vídeo Comunidades de aprendizagem, do Instituto Natura: https://www.youtube.com/watch?v=-AKs3P_y2bk

6

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZONAS. Secretaria de Educação e Desporto Escolar. Centro de Mídias de Educação do Amazonas. **Saber +**. Amazonas: Seduc, 2025. Disponível em: <https://www.sabermais.am.gov.br/pagina/formacao-continuada>. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de ações educacionais em resposta a emergências climáticas**. Brasília: MEC, 2025a. Disponível em: <https://mecred.mec.gov.br/recurso/367618>. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de apoio ao desenvolvimento profissional de coordenadores(as) pedagógicos(as)**. Brasília: MEC, 2025b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-das-adolescencias/guia-de-apoio-ao-desenvolvimento-profissional-de-coordenadores-pedagogicos.pdf>. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de recomendações curriculares e pedagógicas**. Brasília: MEC, 2025c. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-das-adolescencias/guia-de-recomendacoes-curriculares-e-pedagogicas.pdf>. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de reorganização curricular para recomposição das aprendizagens**. Brasília: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/recomposicao-aprendizagens/GuiaReorganizacaoCurricularparaRecomposi.pdf>. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guias de apoio técnico**. Brasília: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-das-adolescencias/guias-de-apoio-tecnico>. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens**. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/recomposicao-aprendizagens>. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Secretarias da Educação. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. **Referenciais profissionais docentes para formação continuada**. Brasília: MEC/Consed/Undime, [2020?]. Disponível em: <https://www.consed.org.br/storage/download/600de603f0af4.pdf>. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica

(BNC-Formação Continuada). Brasília: MEC, 2020. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=164841-rcp001-20&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 out. 2025.

CEARÁ. Coordenadoria Estadual de Formação Docente e Educação a Distância. **#Foco na aprendizagem**. Ceará: Coade, 2025. Disponível em: <https://www.ced.seduc.ce.gov.br/foco-na-aprendizagem-2/>. Acesso em: 23 out. 2025.

COHEN, Elizabeth G.; LOTAN, Rachel A.. **Planejando o trabalho em grupo**: estratégias para salas de aula heterogêneas. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2017. e-PUB.

COMUNIDADE de aprendizagem. São Paulo: Instituto Natura, 2014. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal Instituto Natura. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-AKs3P_y2bk. Acesso em: 23 out. 2025.

COMUNIDADE de aprendizagem. **Centro de Referências em Educação Integral**. [s. l.], jul. 2014. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/glossario/comunidade-de-aprendizagem-2/>. Acesso em: 23 out. 2025.

COMUNIDADES de aprendizaje. Barcelona, 2024. Disponível em: <https://www.comunidadesdeaprendizagem.com/>. Acesso em: 23 out. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS DA EDUCAÇÃO. UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. PROFISSÃO DOCENTE. **BNC Formação Continuada na Prática**. [S. l.]: Consed/Undime/FCC/Profissão Docente, 2021. Disponível em: https://undime.org.br/uploads/documentos/php9w8HE3_61a5889f88c53.pdf. Acesso em: 23 out. 2025.

FULLAN, Michael; QUINN, Joanne. Coherence Making: How leaders cultivate the pathway for school and system change with a shared process. **School Administrator**, [s. l.], jun. 2016. pp. 30-34. Disponível em: <https://mnprek-3.wdfiles.com/local--files/coherence/Coherence%20Making.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2025.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Formação continuada de professores**: contribuições da literatura baseada em evidências. São Paulo: FCC, 2017. Disponível em: <https://www.consed.org.br/storage/download/5b58f72177bff.pdf>. Acesso em: 23 out. 2025.

INSTITUTO IUNGO. Recomposição das aprendizagens: caminhos para (re)aprender. **Nosso Ensino Médio**, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://nossoensinomedio.org.br/componentes/caminhos-para-reaprender/>. Acesso em: 23 out. 2025.

INSTITUTO REÚNA. **Recomposição das aprendizagens agora é lei. Vamos juntos?** São Paulo, 2025. Disponível em: <https://o.institutoeuna.org.br/recomposicao-das-aprendizagens-agora-e-lei-vamos-juntos/>. Acesso em: 23 out. 2025.

JAKUBOWSKI, M.; GAJDEROWICZ, T.; PATRINOS, H. A. COVID-19, school closures, and student learning outcomes: new global evidence from PISA. **npj Science of Learning**, [s. l.], v. 10, p. 5, 22 jan. 2025. Disponível em <https://www.nature.com/articles/s41539-025-00297-3>. Acesso em: jul. 2025.

MELLO, Roseli Rodrigues de; BRAGA, Fabiana Marini; GABASSA, Vanessa. **Comunidades de aprendizagem**: outra escola possível. São Carlos: EdUFSCar, 2012. E-book.

MODELO de tabela de metas e ações. **Nova Escola**, São Paulo, [20--]. Disponível em: <https://box.novaescola.org.br/etapa/5/gestao-escolar/caixa/262/modelos-de-documentos-para-gestores-escolares/conteudo/20220>. Acesso em: 23 out. 2025.

MODELO para construir seu projeto institucional. **Nova Escola**, São Paulo, [20--]. Disponível em: <https://box.novaescola.org.br/etapa/5/gestao-escolar/caixa/262/modelos-de-documentos-para-gestores-escolares/conteudo/20221>. Acesso em: 23 out. 2025.

MORAN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (orgs.). **Convergências midiáticas, educação e cidadania**: aproximações jovens. vol. II. PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015. pp. 15-33.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. **Aprende mais**. Rio Grande do Sul: Seduc-RS, 2025. Disponível em: <https://portal.educacao.rs.gov.br/Main/Page/portalseduc/Aprende-Mais-2025>. Acesso em: 23 out. 2025.

ROCHA, Andressa Buss. Guia para elaboração do plano de formação. **Instituto Reúna**, São Paulo, 2021. Disponível em: https://nossoensinomedio.org.br/wp-content/uploads/2021/06/GUIA-DO-ELABORADOR_v3.pdf. Acesso em: 23 out. 2025.

SANCHEZ, Alonso *et al.* **Guide for Learning Recovery and Acceleration**: Using the RAPID Framework to Address COVID-19 Learning Losses and Build Forward Better (English). Washington, D.C.: World Bank Group, 2022. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/099063023145523057>. Acesso em: 23 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (Niase)**. São Carlos, 2025. Disponível em: <https://www.niase.ufscar.br/>. Acesso em: 23 out. 2025.

VOZES DA EDUCAÇÃO. **Recomposição das aprendizagens em contextos de crise**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://vozesdaeducacao.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Levantamento-Internacional-Estrategias-Recomposicao-Aprendizagens.pdf>. Acesso em: 23 out. 2025.

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO DO



DO LADO DO POVO BRASILEIRO